

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
BACHARELADO DE MONOGRAFIA

História do Capitalismo e Pensamento Econômico Liberal no século XIX

Carlos Takashi Jardim da Silveira
Matrícula nº 110051575

Orientadora: Angela Ganem

DEZEMBRO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

*Dedico este trabalho à Camila, meus pais, irmã e irmão,
Aos parentes, amigos e amigas do Rio,
À Bolha,
À Revista Wolfius, DCE Mário Prata e ao CASA.*

AGRADECIMENTOS

É com enorme alegria que enuncio, nas páginas iniciais desta monografia, uma série de agradecimentos às pessoas que direta e/ou indiretamente possibilitaram a elaboração de tal trabalho. Sem pretensão de conseguir falar de todas, registrarei apenas àquelas que me vem à cabeça de modo mais imediato.

Começando de “tempos atrás” bastante presentes, gostaria de agradecer aos meus pais, por terem me dado na vida toda uma estrutura estável, segura e de afeto e confiança sem a qual seria impossível pra mim ser calmo em muitos momentos e me lançar e se arriscar no desconhecido. Agrego aos meus pais, por essa mesma razão, minha família Yanagizawa, a família Togeiro Presser, Quartarolla Moura, o “Bob” e minha vó paterna Yolanda!

Também não faria sentido deixar de fora as empregadas domésticas que cuidaram da casa que eu morava e de mim. À Suely, Geane e Simone, muito obrigado!

Ao meu irmão sou muito agradecido pela tamanha inventividade e à minha irmã, agradeço pelos choques de lucidez, essenciais para que eu perceba que o mundo não sou eu e minhas divagações.

À Escola do Sítio, Confraria dos Idiomas, ETECAP e Objetivo, devo boa parte da minha formação pré-universitária. Agradecimentos especiais aos professores: Ludmila, Davidson, Ju, Orestes, Sumaré, Mesquiari, Iberê, Tom, Cristina e Gerson.

Aos amigos e amigas de Campinas, com quem vivi junto muitas experiências que me constituem:

Aos da Bolha, Victor Presser, André Moura, Caio Moura, Tomás, Amanda, Alice, Feerzinha, Guilherme Vilela, Alan “Barba”, Victor Maurer, Arthur, Pedro Senger, Pedro Lima, Thais, Iri, Gabriel Sabino e Felipe Machado, só digo que eu não poderia imaginar melhores amigos!

Adicionalmente, à João Leonardo, Érico Noronha, Daniel Quadros, Eduardo Presser, Mayara, Raul Arcangelo, Tiago “Ti” e Adriana “Dri”, Giordano, Marco Antônio e Daniel “Carioca”, grandes abraços! Vocês foram e ainda são importantes pra mim!

Ao pessoal que trabalhava comigo no NEA em 2007-08, Carol, Paulo Ricardo, Isaias, Andréa, Ediene e Tiana, dificilmente eu teria cursado Economia se não tivesse conhecido vocês.

À Miwa, Sérgio, João, Pedro e dona Dora, um milhão de agradecimentos pelo tempo em que me abrigaram. Proporcionaram uma base segura e de afeto fundamental para meu primeiro ano no Rio de Janeiro, bem como até hoje são a minha família nesta cidade.

À Camila Carla Monteiro de Almeida Rocha, sou eternamente grato por todo carinho, suporte, amor e sensibilidade! Além disso, agradeço pela escuta e o diálogo mantido em todo processo de elaboração desta monografia, bem como as sugestões!

Ao pessoal da República da Bologna, Leonardo Veiga, Rodrigo Mattei e Bianca Carrasco, gratidão pelo apoio em todo processo de elaboração da Monografia! Obrigado pelo macarrão a bolognesa, a carne de panela e outras comidas que me alimentaram na reta final.

À Celso Eugênio, obrigado por emprestar um importante livro utilizado, bem como discutir sobre meu trabalho.

À Renato Brito, Eduardo Rawet, Katherine Kardos, Iury Beckman, Gustavo Ibis e Naoko, agradecimentos especiais por apoios diretos nesse processo!

E a minha orientadora Angela Ganem, professora responsável por despertar em mim grande interesse por Filosofia e também pela ideia geral desta monografia abordar história do pensamento econômico junto à história do capitalismo, um gigantesco agradecimento!

Sou grato também:

Aos veteranos de faculdade: Luciano Alencar, Clara Sanchez, Ângelo Martins, Thiago “Jesus”, Fábio Fabri, Felipe Costa, Vinícius Mariano, Gabriel Zelesco, Filipe Leite, Rudrá, Luisinho, “Petit”, “Amêndoa”, “Papa”, Marcos Lyra, Victor Guedes, Victor Waismarck, Bernardo Motta, Pedro Lima, “Leoclássico”, “Cabecinha”, Vinícius Cunha e Rafael “Mineiro”!

Ao pessoal do meu período: Julia Bustamante, Bárbara Thees, Hugo Bastos, Eric Ventura, Tathiana Dias, Matheus Assaf, Pedro Siqueira e Felipe Camargo!

Aos meus calouros: Bruno Bastos, Katherine, a galera da Wolfius (Jordão, Luisa Guerra, Ivan Akerman, Iury e Daniel Farina), Bia Loureiro, Julia Soihet, Luisa Iachan, Bianca Balbi, Vitória Tebyriça, Victoria de Castro e Mara Freire!

Aos estudantes da “Pós-Graduação”: André “gaúcho”, Carla Curty, Larissa, “Nêm”, Julio, Letícia e Bruno Borja!

Aos Funcionários do IE: Ana Lúcia, Marcelo e Moisés; Flávia e Adriana; Rogerinho, Luís e Guilherme; e André e “Dudu”!

Aos professores do IE: Jacques Kertsnetzky, Esther Dweck, Ronaldo Fiani, Galeno, Maria da Graça, Fernando Carlos, Marcelo Paixão, Franklin Serrano, Carlos Medeiros, José Roberto Novaes, Reinaldo Gonçalves, Maria Malta, João Pondé, Mário Possas, Silvia Possas, Viviane, Ricardo Bielschowsky, Ricardo Summa e Numa!

Aos professores da UFRJ: Mauro Iasi, Roberto Leher, Fernando Gastal, Virginia Kastrup, Fernanda Moura, Arthur Arruda Leal e Ricardo Cabral!

Aos funcionários da Biblioteca do CFCH!

Às cantinas do IE, Sujinho e Austerius, personificados nas figuras de Sinésio, Manoel, Tião, Teresa, Romarinho, Jackson, Nailson, Rafa!

Ao Rafael e à Leda, da xérox do DCE!

Aos amigos do “Campinho”, principalmente Felipe “Tupi”, Miguel Pestana e Gilson!

Aos amigos da “Bolha carioca”, Tathi, Ted, Elisa, Aline, Ju, Porô, Paulo, Thiago “Árvore”, David, Henrique, Leo e Artur!

Aos amigos da Bahia: Lea Poncet, Rosaura, Kayan, Rodolfo, Camilo, “Docica”, Jamile, Mauro e Telumi!

Ao DECOS/AI/BNDES, nas figuras de Job, Rangel, Osmar, Eduardo, Karine, Rebeca, Camila, Paulo Montano, Celsão, Luana, André e Renata.

À Revista Wolfius, da qual fiz parte do terceiro Conselho Editorial.

E por fim, ao Centro Acadêmico Stuart Angel e ao DCE Mário Prata, por toda experiência de militância política!

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto a história do capitalismo entre fins do século XVIII e o final do século XIX e o pensamento econômico liberal desenvolvido no período, a saber, o que constitui a Economia Política Clássica e a Economia Marginalista. Do ponto de vista da história do capitalismo, se focaliza as transformações das relações sociais de produção e o impacto sobre a vida social e o movimento geral da acumulação de capital. Quanto ao pensamento econômico liberal, se enfatiza as elaborações de Smith e Walras do mercado como ordem social e as questões de campo, objeto e método das duas Economias supracitadas. Adotando uma abordagem histórico-filosófica que compreende o pensamento econômico e a realidade histórica no qual ele se insere como partes de um mesmo movimento, ainda que contraditório e por vezes descompassado, esta monografia tem como objetivos: argumentar que a hegemonia do pensamento econômico reflete a hegemonia econômica e política no mundo capitalista; e que o processo de acumulação de capital, através de sua estreita relação com o desenvolvimento do controle de processos de base material, pressiona as ciências neste sentido, o que se manifesta nas questões metodológicas.

Palavras-chave: história do capitalismo no século XIX; história do pensamento econômico; metodologia econômica; Economia Política Clássica; Economia Marginalista; ordem social do mercado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – O CAPITALISMO LIBERAL E A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA.....	12
I.1 - A transição para o sistema fabril e a generalização da economia de mercado.....	12
I.2 - Nascimento da Economia Política Clássica e a ordem natural social do mercado.....	15
I.3 - Esforços em construir a Economia Política como uma ciência positiva.....	17
I.4 - Pensamento econômico clássico e a realidade histórica do capitalismo liberal: um conjunto inseparável.....	20
CAPÍTULO II – TRAÇOS HISTÓRICOS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: A GRANDE EXPANSÃO (1850-1873) E A GRANDE DEPRESSÃO (1873-1896).....	24
II.1 - A formação de uma economia capitalista global.....	24
II.2 - Ciclos do comércio internacional na segunda metade do século XIX e a ofensiva global liberal britânica.....	26
II.3 - Símbolos exteriores do mundo industrial: as estradas de ferro e as cidades-fábrica.....	27
II.4 - O modelo anárquico da iniciativa privada britânica e a insegurança trabalhista.....	29
II.5 - O financiamento da atividade industrial: recursos familiares, lucros e o mercado de capitais.....	31
II.6 - Inovações tecnológicas e sua crescente associação com o desenvolvimento do conhecimento técnico-científico.....	32
II.7 - A Grande Depressão e o fim do liberalismo econômico... Menos para a Grã Bretanha.....	33
CAPÍTULO III – A REVOLUÇÃO MARGINAL E O SEU TRIUNFO NA FORMAÇÃO DE UMA NOVA ORTODOXIA ECONÔMICA LIBERAL.....	36
III.1 - A Revolução Marginal e a Economia como ciência físico-matemática.....	36
III.2 - Walras e a ordem racional social do mercado.....	39
III.3 - Progresso técnico-científico e a Economia Marginalista como ciência aplicável à realidade: Marshall e a Teoria do Equilíbrio Parcial.....	41
III.4 - Intensificação dos conflitos sociais e a Economia Marginalista como justificativa apolítica do <i>status quo</i>	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

Depois de expor a doutrina de que o capital, com a ajuda da ciência a seu soldo, “compele sempre à docilidade o trabalho rebelde”, indigna-se ele de “alguns acusarem a ciência físico-mecânica de alugar-se ao capitalista rico, como instrumento de opressão das classes pobres”¹

A verdade é que as ciências sociais refletiam as pré-concepções e problemas do liberalismo burguês na sua forma clássica²

¹ Marx sobre Andrew Ure, cientista liberal autor de *The Philosophy of Manufactures* (1835), citado em *O Capital*. 4.ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968[1890], p. 501.

² Citado em *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 279.

INTRODUÇÃO

Durante quase todo século XX, mais especificamente, até a década de 1980, não poderia se dizer que vivíamos em um mundo capitalista liberal. Contudo, após dois choques do petróleo e em meio a um acirramento das tensões políticas e sociais em quase todos os países industrializados – principalmente de cunho distributivo – e de um relativo enfraquecimento daquela que era a potência hegemônica desde o término da Segunda Guerra³, se concretizou uma ofensiva política, a partir dos EUA, liderada por banqueiros e financistas, que, por um lado, rompeu com a coalização distributiva existente – cuja forma de Estado resultante era a do “Welfare State” - e, por outro, promoveu a liberalização da mobilidade de capitais (SERRANO, 2004). A resultante foi uma virada conservadora mundial⁴ que restabeleceu e reforçou a hegemonia americana, enquadrando a classe trabalhadora e deu início a um período de liberalizações que passou a ser comumente chamado de *neoliberalismo*⁵.

Paralelamente, no campo do pensamento econômico, a década de 1970 é marcada por um movimento de declínio da heterodoxia e pelo fortalecimento do *mainstream*⁶, principalmente por meio da “retomada de “microfundamentos” da Macroeconomia, desencadeada pelo fundamentalismo “novo-clássico” de R. Lucas, T. Sargent e outros” (POSSAS, 1997, p. 15), a intitulada revolução novo-clássica.

Quanto a esta, Possas (1997) assinala seus impactos sobre o *hard core* neoclássico, a saber, o de: aprofundar o formalismo, através da incorporação de técnicas estatísticas e econométricas; estender indiscriminadamente a aplicação da noção de equilíbrio aos agentes e mercados; e utilizar sistematicamente a otimização como única expressão da racionalidade dos agentes⁷. Assim, o autor continua, os novo-clássicos pretenderam – e obtiveram relativo

³ A saber, os Estados Unidos da América (EUA).

⁴ Segundo Serrano (2004), os grandes marcos desta virada são: o choque de juros de Volcker (1979); e as eleições de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979) e Ronald Reagan nos EUA (1981).

⁵ O uso deste termo aqui se refere à adoção de políticas de privatização, abolição e/ou redução de barreiras à mobilidade de capital e ao comércio internacional, e de flexibilização das leis trabalhistas e dos contratos de trabalho, bem como a difusão de um discurso meritocrático ancorado na livre iniciativa privada.

⁶ Ortodoxia do pensamento econômico cujas raízes estão na Revolução Marginal, objeto desta monografia.

⁷ Salvo no caminho seguido pela Teoria dos Jogos.

sucesso - adequar a Economia aos critérios científicos exigidos, estreitando e uniformizando seu método e tornando o *mainstream* mais intenso e, ao mesmo tempo, mais abrangente.

Atualmente, ponderando alguns eventos e algumas mudanças em processo no mundo capitalista desde a primeira década do século XXI, como as crises econômico-financeiras internacionais e a “ascensão” chinesa, bem como, no plano do pensamento econômico, um relativo crescimento do interesse por autores heterodoxos, pode-se dizer que é neste mundo que vivemos: o de uma ordem social global capitalista “*neoliberal*”, ainda hegemonizada pelos EUA, e em cujo pensamento econômico dominante vigora a ortodoxia constituída no final do século XIX, que aqui referimo-la mais amplamente como *mainstream*.

O presente trabalho, no entanto, não pretende abordar este movimento histórico, em suas duas faces, a da história do capitalismo e do pensamento econômico, da década de 1970 até o nosso presente. Busca antes, resgatar o processo histórico situado entre fins do século XVIII e o final do século XIX, que, por um lado, compreendeu a Revolução Industrial, generalização da economia de mercado, e a simultânea formação da economia capitalista global e da ordem social *liberal* na qual a Grã Bretanha era hegemônica, e, por outro, abrangeu o nascimento da Economia Política, a formação de uma ortodoxia econômica clássica, a crítica de Marx desenvolvida à mesma, e a Revolução Marginal e o seu triunfo no estabelecimento de uma nova ortodoxia.

Evidentemente, nesta monografia este processo, em seus dois lados, foca em apenas alguns fatores. Do ponto de vista da história do capitalismo, se prioriza: as transformações das relações sociais de produção e o impacto sobre a vida social, e o movimento geral da acumulação de capital por meio da produção, do comércio e do progresso técnico. Quanto ao estudo do pensamento econômico, enfatiza-se: as elaborações de Smith e Walras do mercado como ordem social (GANEM, 2012) e as questões de campo, objeto e método da Economia Política Clássica e da Economia Marginalista.

Objetiva-se, com isso, primeiramente, elaborar na prática um conjunto de análises e críticas sobre o pensamento econômico e a realidade histórica no qual ele se insere, no caso a do século XIX, de modo a compreendê-los como parte de um mesmo movimento, ainda que contraditório e por vezes descompassado.⁸ Em segundo e terceiro lugares - e já como um resultado desta abordagem – argumenta-se que a hegemonia do pensamento econômico reflete

⁸ As referências metodológicas adotadas são quatro: Prado (1991); Ganem (2012); Marx (1968[1890]); e Lukács (2003[1968]).

a hegemonia econômica e política no mundo capitalista e que o processo de acumulação de capital, através de sua estreita relação com o desenvolvimento do controle de processos de base material, pressiona as ciências neste sentido, o que se manifesta nas questões metodológicas.

Este trabalho segue a estrutura a seguir delineada: a presente introdução; um primeiro capítulo sobre o período do Capitalismo Liberal e a Economia Política Clássica; um segundo sobre a história deste Capitalismo na segunda metade do século XIX; um terceiro sobre a Revolução Marginal e seu triunfo na formação de uma nova ortodoxia econômica; e as considerações finais.

CAPÍTULO I – O CAPITALISMO LIBERAL E A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

I.1 – A transição para o sistema fabril e a generalização da economia de mercado

Segundo Dobb (1977), o capitalismo liberal, fase do capitalismo datada entre o final do século XVIII e o final do século XIX, foi marcado por uma intensa aceleração das transformações econômicas, no que diz respeito à estrutura industrial, às técnicas produtivas, relações sociais, volume de produção e extensão e variedade do comércio. Esse aumento do ritmo das mudanças foi de tal magnitude que as concepções de mundo e de vida social para as pessoas que neste século viviam alteraram profundamente. De concepções relativamente estáticas, as quais refletiam um mundo no qual a tradição predominava e a vida pouco se alterava de uma geração a outra, passou-se a compreender o mundo como normalmente em transformação, em movimento. Como assinala este autor, emerge nesse período a “concepção de progresso como lei da vida e da melhoria constante como estado normal de qualquer sociedade sadia” (op. cit., p. 314).

Concomitante a essas mudanças, nessa fase observou-se um intenso crescimento demográfico, em geral, e um expressivo aumento da quantidade de pessoas em busca de trabalho, em particular. Em outros termos, ao longo do século XIX, fora se formando, ao mesmo tempo, uma estrutura industrial mais produtiva, uma massa de assalariados – e, portanto, um mercado consumidor – maior e uma oferta de mão de obra em abundância.

De acordo com a leitura deste autor sobre uma passagem do volume 1 de “O Capital”, de Karl Marx, o essencial deste processo de mudanças, intitulado comumente de Revolução Industrial, foi a “adaptação de uma ferramenta, antes empunhada pela mão humana, a um mecanismo” (op. cit., p. 316) cuja força motriz não advinha nem do esforço humano, nem do esforço animal, mas de outra fonte energética, como o vapor. Dessa forma, o processo de produção passou a se constituir como atividade integrada entre homem e máquina e a se

localizar necessariamente no mesmo lugar de trabalho, a fábrica⁹. Nesta, a divisão do trabalho se aprofundou e se tornou imperativa a adequação dos trabalhadores a um ritmo acelerado de produção determinado pelo funcionamento das máquinas.

No entanto, não é somente quanto à velocidade do trabalho que o surgimento das fábricas produziu efeitos. Pelo lado do comércio internacional, se a posição de potência militar e comercial marítima britânica foi fator decisivo para o desenvolvimento desta indústria britânica, a capacidade de rápida expansão da produção de mercadorias engendrada pelo sistema fabril possibilitou que essa posição se fortalecesse em escala e em abrangência. É nesse mesmo período que a “fé na expansão contínua dos mercados e dos negócios encontra sua contrapartida em uma crença no *laissez faire* como a forma de economia por excelência” (Prado, 1991, p. 43).

Ademais, pelo lado dos produtores independentes, aglomerados em oficinas, e de suas relações com os mercadores, o aparecimento e a proliferação das unidades fabris impôs a necessidade de alterar sua forma de organização produtiva e impulsionou um processo de transformações substanciais das relações de dependência. Se antes essas se baseavam em “relações de compra e venda do produto acabado ou semi-acabado, ou então relações de dívidas incidentes ao fornecimento das matérias-primas ou ferramentas da profissão” (DOBB, 1977, p. 318), na sociedade industrial que se formava, cada vez mais esses produtores se transformavam em trabalhadores assalariados, dentro de uma configuração de dependência interna a unidade produtiva.

Como aponta Dobb, na Inglaterra, ao longo de todo o século XIX, as transformações técnicas que primeiramente se deram na indústria têxtil¹⁰, siderurgia e na mineração, foram - não sem dificuldades de adaptação e aplicação - se processando em outros setores, como o de canhões, fundição de bronze, selaria e calçados, de tal modo que a estrutura domiciliar de indústria, predominante nesta fase liberal do capitalismo, foi se desmantelando e quase desapareceu, já no último quartil deste século, frente ao avanço da estrutura fabril de indústria.

⁹ É verdade que já nas manufaturas havia concentração de trabalhadores assalariados em um mesmo local de produção e divisão técnica do trabalho, bem como eram utilizadas ferramentas. No entanto, a produção não era fruto da “atividade de uma equipe meio mecânica e meio humana” (DOBB, 1977, p.317), mas de trabalhadores divididos entre tarefas de um mesmo processo produtivo - trabalhadores parciais segundo Marx (1968) - fazendo uso destas ferramentas.

¹⁰ O autor destaca, por exemplo, a combinação de três inovações: a máquina de fiar de Hargreaves, o tear mecânico de Cartwright e a força propulsora da máquina a vapor de James Watt (DOBB, 1977, p. 320).

Assim, as próprias relações de interdependência social – e de dominação de classe – transformaram-se na transição das oficinas e das manufaturas para o sistema de fábrica. De acordo com Prado (1991), é com essa passagem que a vida social geral passa a se inscrever na economia de mercado, de modo que a propriedade privada se naturaliza, a força de trabalho se transforma em mercadoria e as relações sociais de produção se arranjam, em um nível profundo, não mais como relações entre humanos como sujeitos, mas como relações entre fatores de produção “trabalho” e “capital”, ou seja, entre humanos enquanto coisas. Em função disso, a dominação de classe muda de forma: deixa de ser dominação explícita e direta de uma classe sobre a outra para se revestir com uma roupagem aparentemente apolítica. Em suas palavras:

Generaliza-se, assim, a economia de mercado. Consolida-se a ordem objetiva baseada na propriedade privada, com o seu funcionamento automático e sua forma anônima, apolítica na superfície, de dominação de classe. As relações sociais de produção – é preciso ver – se dão por meio das coisas no capitalismo; a própria força de trabalho vem a ser mercadoria. À medida que essas relações são repostas por meio do movimento de acumulação, o processo de reprodução da sociedade torna-se aparentemente autônomo. O próprio mercado provê, desse modo, a sua base de legitimação (op. cit., p. 43)

Dobb aponta como um fator que favoreceu esse processo de mudanças a heterogeneidade da força de trabalho, resultante da própria heterogeneidade do processo. Como já assinalamos, na Inglaterra do final do século XVIII e início do século seguinte, o sistema de fábrica abrangia poucos setores e a maioria da produção manufatureira e “industrial” se dava nos moldes de uma organização produtiva domiciliar – semelhantes aos das antigas oficinas, só que cada vez mais fazendo uso de maquinaria e de espaços alugados, o que implicava um ritmo e uma intensidade de trabalho maior. O proletariado fabril, a rigor, era ainda reduzido e os mestres artesãos e artesãos ainda eram representativos na cadeia produtiva da indústria britânica. Em função dessa baixa homogeneidade da força de trabalho, o autor destaca a falta de coesão dos trabalhadores na luta por direitos e a maior facilidade de subordinação do trabalho ao capital até 1870 (1977, p. 324-25).

A este argumento podemos acrescentar outro a respeito do aumento das “enclosures”

¹¹ no mesmo período e dos efeitos destas sobre a população rural. Segundo Singer, ao retirar dos camponeses e aldeões uma importante fonte de subsistência e ao transformar essas terras em propriedades privadas, simultaneamente criou-se na Grã Bretanha uma agricultura capitalista, “inteiramente voltada para o mercado e pronta a introduzir inovações tecnológicas

¹¹ Cercamentos de áreas de uso comum na Grã Bretanha, utilizadas por aldeões e camponeses para coletar lenha, madeira para construção, frutas e plantas, bem como para servirem de pasto aberto aos seus animais (SINGER, 1988, p. 32).

que elevassem a produtividade do trabalho” (1988, p. 33), e uma massa de pessoas que passaram a depender do ganho de salários para subexistirem, ou seja, que se transformaram potencialmente em trabalhadores assalariados. Como resultado, intensificaram-se os fluxos migratórios para as cidades e incorporou-se, ao longo desses anos, ex-camponeses e ex-aldeões ao mercado de trabalho urbano.

Assim, a heterogeneidade da força de trabalho consistia não somente na diferença existente entre os que trabalhavam em organizações produtivas domiciliares e fabris, mas também no fato dos trabalhadores assalariados que formavam o proletariado fabril terem origens históricas distintas: camponesa ou artesã.

No entanto, como aponta Prado, a generalização da economia de mercado formou também as condições para instabilidades, desarranjos – tais como “surto de excesso de produção” (PRADO, 1991, p.44) – e sucessivas crises. Ademais, mesmo com um proletariado fabril em formação e uma força de trabalho heterogênea, que estava se homogeneizando, revoltas e lutas sociais, ao longo de toda essa fase, ocorreram – e cada vez com mais intensidade. Como aponta Marx, “logo que a classe trabalhadora, atordoada pelo tumulto da produção, recobra seus sentidos, tem início sua resistência” (1968, p. 316)¹².

I.2 – Nascimento da Economia Política Clássica e a ordem natural social do mercado

É, portanto, em meio a esse turbilhão de transformações que a Economia Política dita Clássica nasce e se desdobra. Tendo *A Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith - um escocês - como marco fundador, este campo de saber trata, pela primeira vez, de fornecer uma “interpretação sistematizada da ordem social capitalista, observando-a tanto pela ótica da produção, da acumulação e do excedente, como pela forma mercado” (GANEM, 2012, p. 127).

¹² As principais pautas defendidas pelos trabalhadores eram relacionadas à diminuição das jornadas de trabalho, que excediam 12 horas diárias. Além disso, mais especificamente, lutava-se para que houvesse maior regulação sobre o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres, no sentido de proporcionar-lhes maior resguarda – o que incluía a luta por reduções ainda maiores das jornadas diárias de trabalho (MARX, 1968[1890], p. 315-345).

Pela ótica da produção, da acumulação e do excedente na ordem capitalista, Smith seguiu debatendo com autores do século XVII, como William Petty, e do século XVIII, como os fisiocratas. Pela ótica do mercado, o autor formulou uma explicação para a emergência e regulação da ordem social liberal que se formava, que, de modo novo, se contrapunha e superava as formulações dos autores do Contrato Social – Hobbes, Locke e Rousseau. Como mostra Ganem (2012), Smith, a partir da solução da “mão invisível”, que, grosso modo, expressa a ideia de que as ações no campo econômico motivadas por interesses privados produzem, no fim, bem-estar social. Com isso, o autor explica a ordem social liberal sem recorrer ao divino.

Smith buscou na própria sociedade, extraindo suas características e leis, os elementos explicativos e justificativos da ordem social de seu tempo. Tratando o sistema econômico como um ambiente natural cujas leis de mercado atuam no sentido de convergência a harmonia de interesses e o homem que nele se encontra como um sujeito autointeressado, porém em presença de seu amor próprio, este autor chegou à conclusão de que, naturalmente, em condições de livre concorrência e de livre funcionamento do mercado, emerge o bem-estar coletivo (op. cit.).

Não por acaso ao governo, segundo o esquema inaugurado por Smith, “cabia apenas garantir o funcionamento do mercado e procurar eliminar os entraves à concorrência” (PRADO, 1991, p. 44). Seguindo o princípio do *laissez faire*, conduzia-se, segundo o pensador, o Estado-Nação a riqueza, o que gerava prosperidade e conforto “*tanto para o povo quanto para o soberano*” (op. cit., p.45). Dessa forma, a riqueza aparecia como fundamento da harmonia de interesses sociais e a lógica natural de mercado como força propulsora da geração dessa riqueza.

Com base nessa formulação de Smith¹³ e em toda sua interpretação sistematizada da ordem social capitalista pela ótica da produção, que outros pensadores da Grã Bretanha (Dugald Stewart, James Mill, J. R. McCulloch, Jeremy Bentham, David Ricardo, Thomas Malthus, Nassau Senior) – e também da França (J. B. Say) e Genebra (J. C. L. Simonde de Sismondi) -, a partir do século seguinte, se lançaram a discutir, difundir e a erigir a Economia Política como um campo de saber que pudesse “proporcionar um simples e efetivo método de análise desses problemas complexos [como explosão demográfica, leis dos cereais, alto custo

¹³ Quanto à ideia de Smith de que a riqueza gera harmonia de interesses, é preciso suspendê-la ao tratarmos da teoria do valor e da distribuição de Ricardo. Para este autor há um conflito distributivo existente entre as classes trabalhistas, proprietárias de terra e capitalistas (NAPOLEONI, 1978[1973], p. 111-117).

do ouro] e, por conseguinte, um caminho racional de sugestões úteis de políticas” (DEANE, 1980, p. 103). Mais precisamente, a partir do século XIX, a Economia Política começou a ser construída com a pretensão de ser uma ciência positiva.

I.3 – Esforços em construir a Economia Política como uma ciência positiva

Nesse processo, Ricardo talvez seja o que tenha dado a contribuição mais influente e de maior peso. Além de elaborar uma teoria do valor e da distribuição, já incorporando a teoria da renda da terra de Malthus e West, como aponta Deane (op. cit., p. 104), o autor desenvolveu uma técnica de análise econômica cujo método pode ser descrito como dedutivo-nomológico: por meio de abstrações¹⁴ do contexto social e político no qual se inserem certos fenômenos econômicos, constrói-se modelos lógico-formais, compostos por um número restrito de variáveis e por leis causais básicas que são, a priori, verdadeiras e, a partir disso, deduzem-se resultados que serão também verdadeiros, em qualquer caso, desde que a lógica interna tenha sido respeitada.

Este método, segundo Deane, conferiu à Economia Política o caráter de uma ciência “antes matemática que histórica ou filosófica” (op. cit., p. 111), se contrapondo, portanto, a maneira pela qual Smith via o saber que “inaugurou”.¹⁵ Essa questão acerca do método e da “natureza” da ciência econômica¹⁶ se expressou em um debate entre Ricardo e Malthus. Este, em seus *Princípios de Economia Política* (1820), escrito em resposta aos *Princípios* de Ricardo, defendeu que a Economia Política era fundamentalmente uma ciência moral e política. No entanto, assim como ocorreu no debate sobre a determinação da taxa de lucro, que refletia uma disputa política e econômica entre proprietários de terra (representados por Malthus) e manufatureiros e industriais (representados por Ricardo), “o vencedor da batalha pelo domínio do pensamento econômico inglês foi Ricardo” (op. cit., p. 114).

¹⁴ Neste método são notáveis as cláusulas *ceteris paribus*.

¹⁵ Pondera-se apenas que este caráter matemático do método ricardiano não corresponde ao do método marginalista. Ricardo não quantifica – e nem pretende quantificar – todas as variáveis econômicas, bem como não funda suas análises no cálculo diferencial, como fazem os marginalistas.

¹⁶ Poderia se questionar se Economia Política era ou não uma ciência, mas este não era o debate corrente no século XIX, pelo menos não de forma explícita. As discussões “metodológicas” giravam em torno de qual era o caráter científico da Economia Política, de onde e como eram extraídas as premissas fundamentais e até onde se estendiam suas fronteiras.

Nassau Senior, influenciado pelo método ricardiano, foi talvez ainda mais longe ao buscar conferir à Economia Política um caráter de “ciência exata com validade universal” (op. cit., p. 118). Por meio do estabelecimento de 4 proposições tidas como verdadeiras e de uma distinção entre “ciência” e “arte” em que a primeira dizia respeito à enunciação de princípios gerais e a segunda à tomada de decisões em um negócio ou governo, Senior tenta separar “o que é” do que “deve ser”, o positivo do normativo, o objeto cognoscível do sujeito cognoscente e a colocar a Economia Política dita “pura” do lado da “ciência”, expulsando a dimensão normativa desta.

No entanto, quanto à “natureza” desta “ciência”, Senior a diferencia das ciências lógico-matemáticas – que têm suas premissas derivadas de hipóteses - e das ciências da natureza – cujas premissas derivam da observação -, para coloca-la entre as ciências mentais, que retiram suas premissas de exercícios de introspecção mental.

Mill, em seus *Ensaio sobre Algumas Questões Pendentes de Economia Política* (1844), segue um raciocínio semelhante. Assim como Senior, diferencia “ciência” de “arte”, definindo aquela como um conjunto de *verdades* e esta como uma coleção de *regras*¹⁷, bem como distingue “naturezas” científicas diversas – ciência física e ciência moral (social) – e posiciona a Economia Política como uma “ciência” social que retira suas premissas da introspecção mental e, adicionalmente, por influência smithiana talvez, da compreensão empática.

Contudo, diferente de Senior, Mill caracteriza a Economia Política como uma ciência essencialmente abstrata, que raciocina a partir de suposições e não de fatos. O axioma postulado de que a única motivação humana é o desejo de obter e consumir riqueza com o menor esforço não corresponde – e nenhum economista acredita nisso segundo o autor – aos fatos. No entanto, argumenta, “este é o modo pelo qual a ciência deve necessariamente proceder. Quando um efeito depende de uma concorrência de causas, estas causas devem ser estudadas uma de cada vez” (MILL, 1967[1844], p. 321-322 apud DEANE, 1980, p. 122).

Para exemplificar esta maneira de proceder do economista em seu ofício, Mill estabelece uma analogia entre a Economia Política e a Geometria, sugerindo que assim como

¹⁷ “A ciência é uma coletânea de *verdades*; a arte, um corpo de *regras*, ou diretivas de conduta... A ciência toma conhecimento de um *fenômeno*, e busca encontrar suas *leis*; a arte propõe a si mesma um *fim* e procura os *meios* para o executar. Portanto, para a Economia Política constituir uma ciência, ela não pode ser uma coletânea de regras práticas; embora, a menos que seja uma ciência inteiramente inútil, tais regras práticas devem poder ser nela encontradas” (MILL, 1967[1844], p. 312 apud DEANE, 1980, p. 122).

nesta algumas pressuposições arbitrárias são justificadamente realizadas, pois caso assim não fosse o conhecimento geométrico seria inviável, naquela que é o seu campo o mesmo ocorre. Em suas palavras:

A Geometria pressupõe uma definição arbitrária de uma linha “que tem comprimento mas não largura”. Exatamente da mesma forma, a Economia Política pressupõe uma definição arbitrária de homem, como um ser que invariavelmente faz aquilo pelo qual possa obter o maior montante de bens de primeira necessidade, de conveniência e de luxo, com a menor quantidade de trabalho e abnegação física com a qual possam ser obtidos no estado de conhecimento existente. (op. cit., p. 326 apud op. cit., p. 123)

Deane (1980) ainda coloca que quanto à relação entre teoria e evidência empírica, Mill formula que esta só pode servir de *verificação* para aquela, não desempenhando qualquer função relevante na descoberta de suas *verdades* científicas e nem fornecendo uma base para falseá-la. Por conseguinte, elabora uma resposta à objeção de Malthus ao método ricardiano de que este produz resultados que são generalizações demasiadamente extensas: argumentando que estes resultados não precisam ser efetivamente observados porque são, na verdade, *tendências*, Mill blinda as teorias econômicas de matriz ricardiana de qualquer confronto com evidências empíricas, bem como, é preciso pontuar, as fecha sobre si mesmas.

Esta obra de Mill cumpre um papel importante dentro das transformações operadas no campo da Economia Política ao longo do século XIX: sob um aspecto, sistematiza o método ricardiano dedutivo-nomológico, organizando os debates relativos à questão do método em Economia Política ocorridos durante as décadas de 1820 e 1830; e sob outro, circunscreve uma ortodoxia econômica que compartilhava esse método abstrato e dedutivo, certamente nas décadas de 1830 e 1840¹⁸ e possivelmente até a década de 1870, conforme discutiremos adiante no capítulo III.

Deane propõe ser razoável identificar uma “escola” de pensamento econômico na primeira metade do século XIX na Grã Bretanha, pois, afinal, os economistas britânicos que aqui citamos

Compartilhavam um quadro característico de ideias econômicas, configurado por um conjunto particular de axiomas e teorias geralmente caracterizado por uma forte orientação no sentido de políticas econômicas que favoreciam o individualismo e o *laissez faire*. (...)

¹⁸ “Por volta da década de 1830, porém, a Economia Política podia ser encarada como uma ciência relativamente bem estabelecida, no sentido de que seus profissionais compartilhavam um conjunto comum de conceitos (...) e regras de procedimento e valores científicos comuns (...) e estavam de acordo, em termos gerais, sobre quais eram os problemas que a Economia Política devia tentar resolver” (DEANE, 1980, p. 121).

Certamente, os economistas do século XIX retiraram as suas suposições e técnicas básicas das mesmas fontes textuais – Adam Smith, David Ricardo, Nassau Senior e John Stuart Mill constituindo os principais elos numa continuidade de pensamento claramente perceptível.

(1980, p. 128)

I.4 – Pensamento econômico clássico e a realidade histórica do capitalismo liberal: um conjunto inseparável

É curioso observar que essas mudanças “metodológicas”, que abrangeram, como vimos, um movimento de reorientação do caráter das investigações econômicas – de um pensamento mais filosófico e histórico a outro mais lógico e matemático – e a afirmação da autoridade do saber científico econômico - expressa pelos esforços feitos para afastar da Economia Política sua dimensão normativa, de modo a criar uma Economia Política “pura” - correspondem, no nível da história do capitalismo, ao avanço da industrialização e ao desenvolvimento da sociedade urbano-industrial.

Assim como com o advento do sistema fabril – seu ritmo de produção, sua relativa automaticidade e o aumento do controle sobre a natureza proporcionado – a lógica do progresso técnico-produtivo e do “produtivismo” começava a se incrustar na sociedade, no campo do pensamento econômico, o desenvolvimento da Economia Política como ciência e a crença em seu progresso cada vez mais passava a ser o que motivava as discussões “metodológicas”. Buscava-se, como fica claro em Mill, definir o método que guiaria as investigações econômicas às verdades científicas. Nas palavras de Prado:

Na primeira metade do século XIX, (...) simplesmente se acreditava no progresso da ciência que se desvencilhara da antiga metafísica. As divergências entre os economistas não chegavam a abalar a autoridade de um saber científico que, ao contrário, parecia ir se afirmando, mais e mais, à medida que efetivamente se desenvolvia o capitalismo. Stuart Mill (...) entendia que a compreensão do que seja uma ciência e das diferenças de compreensão a esse respeito estava indissoluvelmente ligada ao entendimento do que vem a ser o método apropriado a ela. (...) Mill demonstra ter ampla confiança no que produzira o desenvolvimento da investigação econômica, não tendo dúvidas de que se havia colhido nessa esfera muitas verdades importantes sobre os fatos do mundo da riqueza. (1991, p. 2)

Quanto a essas “verdades importantes sobre os fatos do mundo da riqueza” colhidas, vale indicar que se, por um lado, a Economia Política Clássica tratou de formular teorias sobre

a produção (manufatureiro-industrial principalmente), distribuição da renda (em suas parcelas salário, lucro e renda da terra), o uso e a acumulação de capital, valor das mercadorias (teoria objetiva do valor-trabalho), e sobre o funcionamento do comércio e do mercado, ela o fez sob abordagens ideológicas, no sentido marxista do termo¹⁹, que se limitam a “representar superficialmente as conexões da esfera econômica, isto é, como aparecem” (op. cit., p. 45-46).

O exemplo que nos fornece Prado (1991) para ilustrar o cunho ideológico da Economia Política Clássica é a crítica de Marx ao quadro de Smith da *Riqueza das Nações*. Como vimos, a fórmula smithiana postula, resumidamente, que a ação privada dos sujeitos em uma economia de mercado - mesmo buscando realizar seus próprios interesses - acaba produzindo uma enorme quantidade de riqueza que traz prosperidade e conforto para a sociedade. Dessa forma, apesar de não ser intenção de cada indivíduo produzir uma situação de bem-estar coletivo, no todo isso se efetiva, pois resulta em uma enorme oferta de bens para a população. Assim, a “produção capitalista aparece como produção pela produção” (op. cit., p. 45) de mercadorias como valores de uso.

O que a crítica de Marx alcança é o *fim* que orienta a produção capitalista - e a ação dos indivíduos econômicos - e a essência socialmente constituída do que veio historicamente a ser chamado de *mercadoria*. Quanto a esta, se a Economia Política Clássica define riqueza como um agregado de mercadorias, “riqueza rigorosamente não é, pois a verdadeira riqueza seria constituída pelas coisas que satisfazem as carências humanas, enquanto que as mercadorias são coisas produzidas para serem trocadas e vendidas” (op. cit., p. 45). Deste modo, não é verdade que a produção capitalista gere bem-estar coletivo, pois sua produção não se orienta neste sentido, mas em outro, a saber, de acumulação de capital - ou ainda, de valorização do valor (de troca).

A Economia Política Clássica, para Marx (1968[1890]) - e também para Prado (1991) - se constitui, portanto, não somente das representações superficiais que estabelece, mas da própria compreensão social e histórica dos economistas que a constituíram. O modo como estavam inseridos em seu tempo e espaço históricos e as posições que tomavam frente às questões teóricas e práticas (políticas - vale enfatizar) com que se defrontavam compõem, em um primeiro nível de reflexão, a história do pensamento econômico clássico.

¹⁹ Como “aparência socialmente necessária”.

É nesse sentido que Malta e Castelo (2012) argumentam que para Marx não há estudo da Economia Política que não esteja intrinsecamente relacionado ao estudo de sua história. Nas palavras dos autores:

sua abordagem para estudar o pensamento econômico constitui-se em encará-lo como resultado de um conjunto inseparável de observação da realidade histórica e visão de mundo sob a qual essa observação se realiza. Sendo assim, não se pode operar com uma distinção entre economia como análise pura e economia como visão dos processos sociais de base material – sendo a primeira uma análise isenta e a segunda aquela em que entram inevitavelmente tendências e matizes ideológicos. (p. 89)

As obras de Senior e Mill revelam um esforço intelectual em estabelecer a Economia Política como “análise pura” já na primeira metade do século XIX. No entanto, como mostra Prado (1991), para que se opere tal divisão entre “economia como análise pura e economia como visão” social e histórica, Mill recorta mentalmente um pedaço da realidade e o isola – circunscrevendo o campo da Economia Política – e o funda sobre uma premissa tida como verdadeira, *a priori*, que é a de que na esfera da vida prática deste campo o ser humano sempre “procura a máxima riqueza com o mínimo esforço” (p. 74). Assim, neste plano abstrato, com esse recorte, essa premissa e seguindo procedimentos lógico-formais, principalmente os dedutivos, Mill supõe romper com as “tendências e matizes ideológicos”.

Contudo, tanto essa abstração – e a detenção da análise neste plano -, quanto essa noção de homem como ser movido à obtenção de riquezas refletem – de modo ativo - o processo histórico e social de intensas transformações em curso na Grã Bretanha do século XIX, sendo, portanto, inevitavelmente, parte constitutiva de uma “visão dos processos sociais de base material”. Neste caso, uma visão que, além de naturalizar esses processos tais como eles imediatamente aparecem, distancia-se de si própria como visão da realidade para se colocar acima e imune à crítica.

A partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento e os desdobramentos da Revolução Industrial, a sociedade capitalista urbano-industrial foi se generalizando – agora não mais só na Grã Bretanha²⁰, mas também nos EUA, Alemanha, França, Itália, Suécia, Holanda e, em certo grau, na Rússia e no Japão (HOBBSAWM, 1977; 2013[1988]) - e assumindo formas mais próximas das que conhecemos atualmente.

²⁰ De acordo com Hobsbawm, em fins da primeira metade do século XIX, “a Inglaterra e a Bélgica eram os únicos países onde a indústria tinha se desenvolvido de forma intensiva” (1977, p. 60).

Será em meio a essas mudanças - e continuidades - que emergirão, como expressões intelectuais também de cunho liberal, um conjunto de obras que fundarão uma nova ortodoxia de pensamento econômico, intitulado *Marginalismo*, ou, como viria a ser conhecida do início do século XX até os dias de hoje, Economia Neoclássica.

No próximo capítulo trataremos desse processo histórico e no seguinte, apresentaremos de que modo essas expressões apareceram em seu tempo, enfatizando as questões metodológicas e as posições assumidas frente à ordem social capitalista.

CAPÍTULO II – TRAÇOS HISTÓRICOS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: A GRANDE EXPANSÃO (1850-1873) E A GRANDE DEPRESSÃO (1873-1896)

II.1 – A formação de uma economia capitalista global

De acordo com Hobsbawm (1977, p. 21-22), por volta da década de 1860, o termo “capitalismo” passou a integrar o vocabulário econômico e político do mundo, sendo utilizado amplamente não somente na Grã Bretanha, mas também – e cada vez mais – em outros cantos do planeta. Os desdobramentos da dupla revolução situada em fins do século XVIII e início do século XIX, a saber, da Revolução Industrial – inicialmente restrita à Inglaterra – e da Revolução Francesa, engendraram ordem social capitalista, que não cessava de expandir e se difundir.

Até o final da década de 1840, as histórias britânica e de uma parte da Europa Continental – mais especificamente a francesa – foram marcadas por essas transformações, que ocorriam, na Inglaterra e na França, de forma aproximadamente simétrica. No entanto, com a revolução de 1848, “A Primavera dos Povos”²¹ - realizada principalmente por camponeses, trabalhadores pobres e setores das classes médias urbanas, que lutavam por profundas mudanças sociais - e a consequente repressão e reação conservadora burguesa e “aristocrática”, quebrou-se essa simetria, de modo que a revolução política recuou e a revolução industrial continuou avançando (HOBBSAWM, 1977).

Assim, os anos que foram de 1848 até meados da década de 1870, tiveram como principal traço não o avanço da democracia, nem das lutas populares – e muito menos das lutas pelo socialismo e comunismo no mundo - mas o “maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que o representa, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, progresso e liberalismo” (op. cit. , p. 22-23).

²¹ Ver capítulo 1 de *A Era do Capital*, de Eric J. Hobsbawm (1977, p. 29-46).

São anos em que, à medida que se aprofundava a industrialização na Inglaterra, aprofundavam-se as relações sociais de produção capitalistas no próprio território britânico e também em outros países, que recebiam crescentes exportações inglesas de capital e de “mão de obra” (HOBBSAWM, 1977). Na Inglaterra e na Bélgica, países já bem industrializados, por um lado, a força de trabalho homogeneizava-se, consolidando o regime de trabalho assalariado e, por outro, estabelecia-se a hegemonia dos capitães da indústria e homens de negócios. O mesmo ocorria nos países²² em que a industrialização estava surtindo, como os EUA, Alemanha, França, Itália e alguns outros, embora de modo variado em função das especificidades históricas deste processo em cada país.

Em outros países e regiões do planeta, cuja indústria não estava se desenvolvendo e não iria se desenvolver em níveis expressivos até o século seguinte, os efeitos do avanço da industrialização britânica e dos outros países em industrialização foram também o de engendrar relações sociais capitalistas. No entanto, por este avanço estar atrelado à necessidade e o empenho das empresas industriais de ampliarem seus mercados, bem como de obterem acesso a mais recursos naturais e produtos primários, as relações sociais capitalistas em formação nestes países e regiões se deram de forma completamente dependente.²³

Se a industrialização foi o que possibilitou a aceleração do ritmo de produção e permitiu que novos produtos fossem criados, a extensão e intensificação das relações comerciais nacionais e internacionais foram os meios pelos quais – se não as condições necessárias²⁴ em que – esta produção pode se “realizar”. Assim, foi por meio da grande expansão comercial observada nos anos compreendidos entre 1850 e 1873, que se formou, pela primeira vez na história, uma economia mundial, composta por países e regiões dos cinco continentes do planeta (op. cit.).

É em decorrência disso que Hobsbawm afirma que “História, dali em diante, passava a ser história mundial” (1977, p. 66). O mundo se torna capitalista, com uma minoria de países

²² É importante notar que é no período tratado neste capítulo que se formam e/ou se consolidam vários Estados-Nações do mundo. É o caso do Império Alemão, da Itália e também dos EUA e do Japão, com a Guerra de Secessão e a Revolução Meiji, respectivamente. Ver capítulo 5 de *A Era do Capital*, de Eric J. Hobsbawm (1977, p. 101-116).

²³ São nesses anos que se formará o esquema da divisão internacional de trabalho em que correspondia “à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais” (PREBISCH, 2000[1949], p. 69).

²⁴ Como assinala Possas (1987), o problema “da realização”, ou, em outros termos, “da demanda efetiva” não é um *problema*, cujo âmbito se restringe a situações específicas dentro do capitalismo, mas um princípio de validade geral para toda e qualquer economia mercantil e, em especial, para o capitalismo. A implicação prática de tal princípio no presente estudo é que a expansão dos mercados é fundamental para a expansão produtiva.

“desenvolvidos” se transformando em economias industriais e um grande número de outros passando a ter suas economias voltadas às economias daqueles países.

II.2 – Ciclos do comércio internacional na segunda metade do século XIX e a ofensiva global liberal britânica

O comércio internacional, como assinala Hobsbawm (1977) se referindo a observações feitas por socialistas em meados do século XIX, era cíclico. Se durante um período se expandia, no subsequente deprimia. Foi o que ocorreu, por exemplo, nos anos de 1850-57 (expansão) e de 1857-58 (depressão).

No primeiro período, as exportações inglesas de algodão e de máquinas têxteis e as belgas de ferro cresceram a um ritmo nunca antes visto, estradas de ferro foram construídas ao longo de milhares de quilômetros e operações de crédito, tais como a do *credit mobilier*²⁵ de Paris, proporcionaram lucros financeiros a taxas de até 50%. Os lucros, os juros, o número de empregados assalariados, os preços finais dos produtos, os salários nominais, tudo isso aumentou nesses sete anos.²⁶ Para os homens de negócio, foram anos extremamente satisfatórios. Para os trabalhadores, a relativa maior oferta de emprego e a manutenção de um nível de salário real, amenizaram descontentamentos populares (HOBBSAWM, 1977).

Do ponto de vista político, esse período de expansão econômica ajudou a fortalecer os governos tipicamente burgueses (e a democracia burguesa), a restaurar monarquias, como é o caso do Segundo Império de Napoleão III, a destroçar os ânimos revolucionários e a deixar a política em uma espécie de vácuo. Como observa Hobsbawm (1977), foi só a partir da crise de 1857-58, com a interrupção de várias atividades comerciais e produtivas - e as perdas decorrentes para alguns homens de negócios (falências e prejuízos) e trabalhadores (desemprego e reduções salariais) – que a política voltou a ter um papel relevante na história.

²⁵ Segundo Hobsbawm, “companhia financeira que era o símbolo da expansão capitalista no período” (1977, p. 51).

²⁶ Um fator a ser levado em consideração aqui são as descobertas de ouro na Califórnia e na Austrália depois de 1848. Hobsbawm (1977) ressalta dois efeitos relativos ao aumento da oferta de ouro no mundo que contribuíram para o *boom* econômico desses anos e dos seguintes: o aumento do nível geral de preços - isto em um século tendencialmente deflacionário devido às descobertas de novas fontes de matérias-primas e alimentos e do barateamento ao longo do tempo das manufaturas; e a disposição de uma quantia de ouro suficiente para servir de base ao padrão monetário internacional ouro-libra, o que influenciou positivamente os negócios no mundo.

No entanto, não mais se tratava de uma política revolucionária, mas de uma política majoritariamente orientada pela luta por reformas constitucionais, liberdades civis ou unificações nacionais, como ocorreu nos casos da Alemanha e da Itália.

Dessa rápida crise em diante, até meados da década de 1870, o comércio internacional e o ritmo de expansão da produção de mercadorias se recuperaram e a política, nos moldes citados, também avançou. Para o autor, se 1850-58 constituiu um ciclo de comércio, foi, contudo, um ciclo dentro de outro, muito mais extenso, compreendido entre 1850 e 1896, cuja fase expansiva (grande expansão) se deu entre 1850-73 e a fase depressiva (grande depressão), entre 1873-96. O principal motivo para tal afirmação é que após a crise de 1857-58, até 1873, os movimentos comerciais, produtivos, geográficos e demográficos em curso nos sete primeiros anos da década de 1850 continuaram.

Para dar vazão aos aumentos incessantes de mercadorias industriais produzidas, a Inglaterra promoveu uma ofensiva global liberal cujo principal objetivo era a promoção da “liberdade comercial”, via redução ou eliminação de restrições comerciais e de taxas alfandegárias, acordos de livre comércio e criações de zonas monetárias.²⁷ Com exceção dos EUA, o que sustentava a expansão produtiva e a acumulação de capital eram as exportações. Além disso, em alguns casos, mesmo havendo resistência direta de um país à abertura de seus mercados, tal como havia na China com relação à importação de ópio da Índia britânica, isso, no limite, lhe era imposto por meio do uso de poder bélico. Formava-se, portanto, um mundo de relativo livre comércio e investimento internacional (HOBSBAWM, 1977).

II.3 – Símbolos exteriores do mundo industrial: as estradas de ferro e as cidades-fábrica

Concretamente, dois produtos foram essenciais para o progresso industrial e econômico se espalhar geograficamente: a máquina a vapor, que continuou a ser fundamental

²⁷ Como vimos no capítulo anterior e como veremos mais adiante quando tratarmos dos marginalistas, entre os economistas – e também entre políticos e administradores de empresas e do Estado – havia uma convergência “no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico” (op. cit., p. 55). Tal liberalismo não se limitava à esfera do comércio, mas se expressava também na redução do controle governamental sobre algumas atividades produtivas – como é o caso da mineração na Prússia – e sobre companhias de negócios (como ocorreu na Inglaterra e França), bem como na liberalização dos contratos de trabalho, que podiam ser definidos individualmente entre patrão e empregado, e nos direitos conquistados pelos trabalhadores de se organizarem livremente em sindicatos e até de decretarem greve.

para o avanço da industrialização; e a estrada de ferro, que cumpria a dupla função de, por um lado, ser uma importante mercadoria comercializada - e investimento realizado – e de, por outro, criar meios de comercialização mais rápidos e intensos no que diz respeito à quantidade de produtos e pessoas deslocados.

Quanto aos dois produtos associados (a estrada de ferro e o trem que era movido a uma máquina a vapor), formaram um dos cenários mais marcantes do mundo industrial no período: estradas de ferro cortando continentes e ilhas, com trens soltando fumaça e transportando toneladas de mercadorias (industriais e/ou primárias, dependendo da região e de seu trajeto) e/ou milhares de pessoas, a uma velocidade em terra sem precedentes. Elas eram, como aponta Hobsbawm, “em si mesmo um símbolo revolucionário” (1977, p. 60). Representavam um mundo de maiores e mais velozes fluxos, cada vez mais próximo do que antes era distante²⁸.

Assim, seja para construir as estradas de ferro ou produzir os trens (e colocá-los em movimento), ou ainda para produzir e sustentar o funcionamento das máquinas a vapor utilizadas nas minas e fábricas, ferro e carvão se faziam necessários. Não por acaso, de 1850 a 1870, a produção de carvão no mundo mais que triplicou, a de ferro quintuplicou e a força a vapor – medida em *Horse Power* – foi multiplicada por 4,5. Disso, em termos de carvão e ferro, a Inglaterra, em 1870, respondeu por cerca de metade da produção, mas em força a vapor, EUA e Alemanha responderam, respectivamente, pelo dobro e o equivalente da Inglaterra.²⁹

Quanto à máquina a vapor em sua forma “fixa”, que já vinha sendo utilizada pela indústria têxtil e mineração – mas não só - na primeira metade do século XIX, seu avanço, em termos de quantidade e de força, continuou a transformar dramaticamente a vida de muitos antigos camponeses e artesãos e a formar um proletariado fabril cada vez mais homogêneo.³⁰ Como efeito, mais cidades-fábricas surgiam e cresciam nos países em que a industrialização se processava (HOBSBAWM, 1977).

De fato, junto à estrada de ferro, “a cidade era sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial” (op. cit., p. 222). Depois de 1850, o processo de urbanização acelerou em praticamente todas as partes industriais do mundo. Não só as

²⁸ E talvez, ao mesmo tempo, cada vez mais distante do que antes era próximo.

²⁹ Dados obtidos em Hobsbawm (1977, p. 59-60).

³⁰ Ver capítulo 1 do presente trabalho.

grandes cidades, como Viena, Berlim, Paris e Londres, cresceram abruptamente, atingindo na década de 1880, com exceção de Viena, cifras de mais de um milhão de habitantes³¹, mas também cidades de porte médio – como Oldham, Barmen, Roubaix e Sheffield – foram construídas aos montes.

De acordo com Hobsbawm (1977), a cidade industrial típica era a de porte médio. Eram nessas cidades que a maior parte da população trabalhava no setor industrial: em fábricas de produtos têxteis, minas de carvão, companhias siderúrgicas, de estradas de ferro, de máquinas a vapor, armas e outros. Eram nelas também que, devido ao seu tamanho, residia o “contraste entre as habitações escuras, monótonas, repletas de gente e as fazendas coloridas circunvizinhas” (p. 223) responsáveis pela produção de alimentos.³²

II.4 – O modelo anárquico da iniciativa privada britânica e a insegurança trabalhista

As vidas nessas cidades geralmente giravam em torno de uma empresa da indústria pesada de propriedade familiar - ou de um grupo específico – que subordinava homens e mulheres, adultos e crianças, à vontade do gerente responsável pela direção da atividade da empresa. Diferente do modelo burocrático e militar de organização de empresas que passará a ter maior relevância no último quartil do século XIX – mas que na Alemanha já começava a ganhar espaço -, nos anos aos quais temos nos referido e em especial na Inglaterra, ainda predominava um modelo anárquico de iniciativa privada ancorado na autoridade pessoal de um representante da empresa. Dessa forma, o que regia essas cidades basicamente eram os interesses econômicos e políticos das empresas locais, protegidos pela lei e salvaguardados pelo poder do Estado (HOBSBAWM, 1977).³³

³¹ “Viena cresceu de mais de 400 mil em 1846 para 700 mil em 1880, Berlim de 378 mil (1849) para quase um milhão (1875), Paris foi de 1 para 1,9 milhão e Londres de 2,5 para 3,9 milhões (1851-81)” (op. cit., p. 223)

³² Diferente destas, as cidades grandes, empregavam a maior parte da população em atividades comerciais, de serviços (destaque para os domésticos), transporte e administrativas.

³³ Ressalta-se que este poder das empresas, em sua grande maioria, estava restrito a uma localidade. Provavelmente se considerarmos o setor do qual faziam parte no período, mesmo o da indústria siderúrgica, veremos que essas empresas possuíam bem menos poder do que algumas delas viriam a ter mais tarde. Talvez o pressuposto de atonicidade dos agentes, formulado pelos marginalistas na década de 1870, soasse menos irreal – ou até plausível - na época do que algumas poucas décadas depois.

Do ponto de vista dos operários, mineradores, ou trabalhadores manuais, em geral, apesar do período de 1850-73 ter sido de grande expansão econômica, o que acabou lhes proporcionando maior oferta de empregos e salários relativos às décadas anteriores um pouco maiores, esse modelo anárquico de iniciativa privada os colocava em profundo e constante estado de insegurança. A flexibilidade dos contratos trabalhistas e a ausência de mecanismos de proteção a famílias com crianças abaixo da idade de trabalho, idosos e/ou inválidos geravam condições de vida a esses trabalhadores ainda mais instáveis. Nas palavras de Hobsbawm:

A classe operária, porém, muito diferente da classe média, via a insegurança como uma coisa muito mais constante e real. Ela não tinha reservas significativas. Aqueles que podiam viver de economias por algumas semanas eram considerados privilegiados. (...) O caminho normal, ou mesmo inevitável da vida passava por estes abismos nos quais o trabalhador e sua família iriam provavelmente cair: o nascimento de crianças, a velhice e a impossibilidade de continuar o trabalho. Em Preston, 52% de todas as famílias operárias com crianças abaixo da idade de trabalho, trabalhando em pleno serviço num ano de comércio memorável (1851) poderia esperar viver abaixo da linha de miséria. (1977, p. 233)

Esse era o preço a pagar pelo incessante progresso industrial e econômico capitalista do período. Como deixa indicado o autor, para a classe média – e mesmo para os industriais e financistas, homens de negócio, em geral – também havia insegurança. Em caso de uma crise, como fora a de 1857-58, muitos perderam seus empregos, casas, tiveram seus negócios falidos, mas poucos se converteram em trabalhadores manuais e um número menor ainda sucumbiu à miséria. Ademais, era somente devido a uma adversidade pontual que tais pessoas acabavam sendo expostas à insegurança. Na maior parte dos anos da grande expansão a classe média estava muito bem acomodada.

De acordo com esta, os trabalhadores manuais, o proletariado fabril, os empregados domésticos, deveriam receber, no máximo, salários capazes de comprar “uma quantidade suficiente de comida boa e decente (preferivelmente sem muita bebida), um lugar modesto para vida social, vestimenta adequada para proteger a moral, e saúde e conforto sem arriscar uma tendência à imitação dos melhores na escala social” (op. cit., p. 230). Entretanto, na prática, a maioria dos trabalhadores recebia menos do que isso.

Agora, dois outros aspectos merecem ser abordados, mesmo que brevemente, sobre os anos e o mundo industrial aos quais temos nos referido neste capítulo: o primeiro se refere à formação de mercados de capitais observada no período e a sua relevância no financiamento

da atividade industrial; e o segundo concerne às inovações tecnológicas da época e sua crescente associação ao desenvolvimento do conhecimento científico.

II.5 – O financiamento da atividade industrial: recursos familiares, lucros e o mercado de capitais

Quanto ao primeiro ponto, é digno de nota que na primeira metade do século XIX, o financiamento privado era feito principalmente a partir de recursos familiares e de lucros acumulados. Uma vez que alguns negócios prosperavam, os lucros obtidos eram reinvestidos em outras atividades produtivas e assim se procedia à acumulação de capital. No entanto, conforme a demanda por novos grandes empreendimentos crescia, em função do tamanho das operações de construção de estradas de ferro e de siderúrgicas, aumentava também a necessidade de recursos para financiar tais atividades (HOBBSAWM, 1977).

Assim, a partir de 1850, deu-se início a uma série de experimentos relacionados à mobilização de capital que visavam o desenvolvimento industrial. Companhias financeiras, tais como o *crédit mobilier*, assumiram um papel decisivo na intermediação ou no financiamento direto de várias transações de empresas industriais. Além destas, bancos de investimento ou *banque d'affaires* e “bolsas de valores, agora comerciando principalmente com as ações das empresas comerciais e de transporte, floresciam como nunca” (op. cit., p. 227).

Contudo, a formação de mercados de capitais não constituiu um processo homogêneo no mundo industrial. Como aponta Hobsbawm, “os bancos (e instituições similares) tinham um papel muito mais relevante como atores do desenvolvimento e direção da indústria na Alemanha, o recém-chegado industrial, do que em qualquer outro país no Ocidente” (op. cit., p. 228). Naquele que era o país “oficina do mundo”, a Inglaterra, o mercado de capitais era apenas “adequado” ao desenvolvimento industrial, desempenhando papel coadjuvante na condução do progresso econômico. Ademais, as relações entre industriais e financistas não eram isentas de tensões. Nas palavras do autor

Industriais em geral nunca apreciaram muito os financistas, e os primeiros tentaram sempre ter o mínimo possível de negócios a tratar com bancos. “Lille”, escreveu um

observador em 1869, “não é uma cidade capitalista, é antes de tudo um grande centro industrial e comercial”, onde os homens aplicavam seus lucros de volta nos negócios, não brincavam com eles, e onde todos esperavam nunca ter de pedir emprestado a bancos. (op. cit., p. 227)

Em suma, ainda havia – e no caso da Inglaterra predominava – financiamento do desenvolvimento industrial com base no uso de recursos familiares e, principalmente, por meio do reinvestimento de lucros obtidos.³⁴

II.6 – Inovações tecnológicas e sua crescente associação com o desenvolvimento do conhecimento técnico-científico

Em relação ao segundo ponto, apesar do período compreendido entre 1850 e meados da década de 1870 ter sido a “idade do ferro”, foram durante esses anos que várias inovações tecnológicas apareceram pela primeira vez ou, em alguns casos, como o do telégrafo, começaram a se espalhar pelo mundo (HOBSBAWM, 1977).

O aço, cuja produção era muito cara antes de meados de 1860, passara a poder ser produzido em massa graças a novos processos, tais como o conversor de Bessemer (1856) e o alto forno Siemens-Martin (1864). A química e a elétrica começaram a se desenvolver como um campo de conhecimento científico-técnico, tendo como espaço de pesquisa não só laboratórios ligados a Universidades e instituições de pesquisa, ou ainda laboratórios comerciais – caso da companhia telegráfica de Edison nos EUA –, mas também laboratórios dentro de fábricas. Os exemplos mais notáveis das invenções que saíram destes laboratórios foram: as tintas artificiais, os explosivos e a fotografia (op. cit.).

Desta forma, diferente do que ocorrera na primeira metade do século, as invenções, cada vez mais, dependiam de um conhecimento científico orientado para o controle e manipulação de processos de base material. Por essa razão, “o sistema educacional tornara-se crucial para o desenvolvimento da indústria” (op. cit., p. 62). Mais especificamente, o

³⁴ Aqui também se faz uma pequena observação sobre a maior plausibilidade no século XIX, na Inglaterra, da Lei de Say, adotada tanto pelos clássicos quanto pelos marginalistas, pelo menos em sua forma de que a soma das poupanças determina o investimento. De fato, em uma primeira fase do capitalismo industrial e, em especial, na Inglaterra, os investimentos eram, em grande parte, financiados via recursos familiares e lucros obtidos previamente poupados. Os industriais se comportavam como “encarnações vivas do capital” (PRADO, 1991, p. 50).

progresso técnico e econômico da indústria passava a depender, cada vez mais, de sistemas educacionais voltados à formação de engenheiros (como ocorre nos EUA), técnicos, no geral (destaque para as escolas técnicas alemãs) e, em menor escala, de cientistas-engenheiros dotados de grande bagagem cultural - cujo caso mais exemplar é o da indústria automobilística francesa (HOBBSAWM, 1977).

A Inglaterra e a Bélgica, os dois primeiros países industriais do mundo, não possuíam, em meados do século, nem povos muito alfabetizados e muito menos sistemas amplos e avançados, em termos tecnológicos, de educação. Em todo caso, figuravam como grandes potências econômicas, pois, conforme assinalamos: vivia-se na “idade do ferro” e o tempo dessas inovações tecnológicas e do conhecimento técnico-científico repousava no futuro próximo. Como observa Hobsbawm:

Olhando para trás, podemos observar que a ruptura estava bem próxima: o mundo estava prestes a entrar na era da luz e força elétricas, do aço e ligas de aço, do telefone e fonógrafo, das turbinas e máquinas a explosão. Mas tudo isso ainda não havia acontecido em meados da década de 1870. (op. cit., p. 64)

Não apenas tais inovações não tinham penetrado significativamente no mundo industrial, como também a era dos produtos têxteis, das estradas de ferro e das máquinas a vapor parecia, aos observadores da época, não ter fim. Diante da gigantesca expansão da economia mundial, industrialização de diversos países, grandes e numerosos movimentos internacionais de mercadorias, capitais e pessoas, e da construção de milhares de quilômetros de estradas de ferro em todo o globo terrestre, os homens de negócio exalavam confiança e complacência (op. cit.).

II.7 – A Grande Depressão e o fim do liberalismo econômico... Menos para a Grã Bretanha

Entretanto, as duas décadas seguintes iriam abalar profundamente esse contentamento. Como já indicamos anteriormente, o período compreendido entre os anos de 1873 e 1896 será o da Grande Depressão³⁵. Ao contrário das décadas anteriores, os preços, os juros e, conseqüentemente, os lucros caíram substancialmente nesse período. No campo, em várias regiões da Grã Bretanha, houve paralisias de produções, abandonos de terras e revoltas.

³⁵ Reconhecido como tal por Hobsbawm (1977; 2013[1988]) e também por Dobb (1977 [1963]).

Nas cidades-fábrica, apesar da produção industrial continuar aumentando, muitos perderam seus empregos e algumas empresas faliram. Nas grandes cidades, o mesmo ocorria dentre as firmas comerciais. Permeava toda civilização capitalista uma “sensação generalizada de mal-estar econômico e, por conseguinte, social” (HOBBSBAWM, 2013[1988], p. 65).

Os motivos para tal Depressão estavam relacionados, em grande parte, aquilo que fez do período anterior uma era de grande expansão: a revolução dos transportes associada a uma mundialização geográfica do capitalismo, que ocasionou um aumento significativo da oferta de produtos agrícolas no mercado mundial, bem como reduziu os custos associados ao seu transporte – provocando queda dos preços; e a industrialização de diversos países, que gerou um aumento brutal da oferta de produtos industriais neste mercado e da concorrência internacional, também causando queda dos preços e, por conseguinte, redução da taxa de lucro (HOBBSBAWM, 2013[1988]).³⁶

A Grande Depressão era, por assim dizer, um período de descompasso entre a expansão da capacidade de produção de mercadorias e a expansão dos mercados nos quais essas mercadorias poderiam ser compradas e vendidas, sendo a última mais lenta que a primeira. Não por acaso, será neste período que os países “recém” industrializados (Alemanha, EUA, Itália, França), contra o liberalismo quase consensual dos anos anteriores, iniciarão políticas de proteção à indústria nacional e aos seus mercados. Nas palavras de Hobsbawm:

Os governos eram mais propensos a dar ouvidos aos grupos de influência e de eleitores organizados, que os instavam a proteger o produtor nacional contra a concorrência de bens importados. Pois destes não fazia parte apenas – como se poderia pensar – o enorme bloco de agricultores, mas também importantes organizações de industriais nacionais, que procuravam minimizar o problema da “superprodução” pelo menos mantendo o rival estrangeiro fora do país. A Grande Depressão fechou a longa era do liberalismo econômico (op. cit., p. 70)

Todavia, para aquele que era o maior exportador de produtos industriais, capital, serviços financeiros, comerciais e de transporte, bem como o maior importador de produtos primários, a saber, a Grã Bretanha, não interessava que pusessem freios ao comércio livre e irrestrito internacional. Em particular, quanto maiores e numerosos fossem os fluxos de

³⁶ Vale ressaltar que, quanto às estradas de ferro, havia se chegado a certo esgotamento das possibilidades de sua expansão, pelo menos em vista dos mercados existentes.

mercadorias e menos restritivas fossem as mobilizações de capital ao redor do globo, mais satisfeitos ficavam os homens de negócio da *City*³⁷ de Londres (HOBSBAWM, 2013[1988]).

Em síntese, a Grande Depressão abalou e pôs em descrédito o liberalismo econômico, principalmente quanto ao comércio de matérias primas e entre os países que estavam se industrializando. No entanto, o mesmo não ocorreu, apesar das dificuldades impostas pelo protecionismo dos outros países, para a Grã Bretanha - e os industriais e financistas que ali operavam. Como era sentido e sabido pelos homens de negócio e governo britânico, o livre comércio reforçava a posição hegemônica do país, dentro da economia mundial e como potência internacional. Tais considerações históricas se fazem relevantes para compreendermos – e no próximo capítulo discutiremos isso – dentro de qual contexto estavam inseridas as expressões intelectuais da Revolução Marginalista e mais, como elas se sustentaram e vigoraram ideologicamente, mesmo passando pelos anos da Grande Depressão.³⁸

³⁷ Nomenclatura dada ao centro financeiro e comercial mais importante do mundo na época.

³⁸ Um último apontamento histórico diz respeito à importância do imperialismo, principalmente após os anos seguintes a 1880, para, via expansão de mercados, recuperar os fluxos comerciais e de investimento internacionais. Dobb, citando Leonard Woolf, nos fornece um quadro da dimensão do imperialismo na década de 1880: “cinco milhões de milhas quadradas em território africano, contendo uma população de mais de 60 milhões, foram tomados e submetidos por Estados europeus. Na Ásia, e durante os mesmos dez anos, a Grã-Bretanha anexou a Birmânia e submeteu a seu controle a península malaia e o Beluchistão [atual Paquistão], enquanto a França dava os primeiros passos no sentido de submeter ou esmagar a China, pela tomada de Anam e Tonquim. Ao mesmo tempo, houve um corre-corre pelas ilhas do Pacífico entre as três Grandes Potências.” (WOOLF, 1920, p. 33-34, apud DOBB, 1977 [1963], p. 380).

CAPÍTULO III – A REVOLUÇÃO MARGINAL E O SEU TRIUNFO NA FORMAÇÃO DE UMA NOVA ORTODOXIA ECONÔMICA LIBERAL

Nos últimos anos do período da grande expansão comercial, produtiva, geográfica e social capitalista, ao qual Hobsbawm (1977) intitulou de *A Era do Capital* (1848-1875), e nos anos subsequentes já em meio a Grande Depressão, um conjunto de expressões intelectuais econômicas liberais se manifestou ao mundo, a partir de países industriais europeus tais como França, Áustria-Hungria e, principalmente, Grã Bretanha. A esse conjunto de expressões foram dados os nomes *Marginalismo*, *Economia Neoclássica*³⁹, ou ainda, como viria a ser chamada por Marshall em 1890, *Economics* (MESENTIER, 2014).

III.1 – A Revolução Marginal e a Economia como ciência físico-matemática

Quanto a este, atribui-se seu momento original de manifestação, a chamada Revolução Marginalista, à década de 1870, em especial, à primeira metade desta década, quando três autores publicaram, de modo independente, uma obra cada, cujos objetos de investigação, bem como o método e alguns princípios adotados, se distanciaram radicalmente daqueles presentes na literatura da Economia Política Clássica abordada no primeiro capítulo deste trabalho. Tais autores – e suas obras - foram: o britânico William Stanley Jevons, que publicou *Teoria da Economia Política*, em 1871; o austríaco Carl Menger e seus *Princípios de Economia*, também de 1871; e o francês León Walras, com *Elementos de Economia Política Pura*, de 1874 (DEANE, 1980).

As quases simultâneas publicações de Jevons e Menger tiveram como traços comuns marcantes a adoção de um novo método de análise, o marginalista, e a formulação de uma teoria do valor baseada no princípio de utilidade (DEANE, 1980; PIMENTEL, 2013).

³⁹ Terminologia cunhada por Veblen, em 1910 (GANEM, 2012).

Alterando o foco de análise econômica da esfera da produção e distribuição para a do consumo e das trocas de mercado, esses autores reduziram o homem à figura do consumidor⁴⁰, transformaram o trabalho em mero *fator de produção* e elevaram a avaliação subjetiva individual ao que determina, em última instância, a riqueza como tal (PRADO, 1991).

Contudo, tais avaliações não produzem, como poderia se esperar, já que é feita subjetivamente por indivíduos – e estes sempre diferem entre si em algum aspecto – um caos valorativo. A utilidade, que é definida por Jevons como sendo “a qualidade abstrata através da qual um objeto serve a nossos propósitos e adquire o status de mercadoria” (apud PIMENTEL, 2013, p. 63), cumpre justamente a função de reduzir os distintos critérios de avaliação a ela mesma, assumindo, então, o caráter de critério único do valor. Assim, a utilidade atua como ponto arquimediano⁴¹ da racionalidade necessária para que os indivíduos avaliem de forma objetiva o prazer e a dor proporcionados pelos objetos de consumo (PRADO, 1994).

Deane (1980) nota que já na década de 1840, por meio de escritos de Nassau Senior, essa noção de utilidade foi introduzida como elemento explicativo do valor, não obstante, sem substituir completamente o papel ocupado pelo trabalho. Ademais, observa que o próprio Jevons, em 1862, apresentara à Associação Britânica para o Avanço da Ciência, uma *Breve Explicação de uma Teoria Matemática Geral da Economia Política*, na qual ênfase era conferida à determinação do valor pela utilidade.⁴² Portanto, apesar dos *Princípios* e a *Teoria* serem considerados marcos da substituição da teoria objetiva do valor-trabalho pela teoria subjetiva do valor-utilidade, esta possibilidade teórica já vinha sendo pensada há mais de vinte anos.

Outra referência assinalada pela autora é a do uso que Jevons fez não só do instrumental do cálculo diferencial de Morgan – essencial à análise marginal – mas também do cálculo da felicidade desenvolvido por Jeremy Bentham. Foi com base nesses dois cálculos que aquele autor formulou a utilidade em termos quantitativos, criando uma forma possível de

⁴⁰ Como assinala Prado (1991), esta reorientação das investigações econômicas para o plano do consumo ocorre em um contexto de acentuação do mesmo, inclusive entre os próprios capitalistas, que deixam de ser simplesmente “encarnações vivas do capital” (p. 50) para se tornarem grandes consumidores. “Em consequência, se antes o sistema capitalista aparecia ainda como sistema de produção pela produção, agora ele se torna sistema de consumo para produção, que vem a ser visto como sistema de produção para o consumo” (op. cit.).

⁴¹ É um ponto fixo a partir do qual todo o resto pode se movimentar.

⁴² Um terceiro apontamento feito por Deane é o do trabalho de um teórico alemão chamado Gossen que, em 1854, publica um livro no qual são formuladas duas leis básicas, a saber: “(1) o princípio da utilidade decrescente; e (2) a maximização das satisfações como o alvo de toda a conduta humana” (1980, p. 130).

determinar precisamente o valor (identificado então com preço) a partir das utilidades marginais (DEANE, 1980).

A propósito, para Jevons, não só a utilidade era uma variável passível de quantificação, como todas as variáveis que julgava serem relevantes para a Economia também eram. De fato, como estavam convenientemente circunscritas à esfera das trocas de mercado em cuja preocupação principal era a determinação dos preços, tal operação se tornava possível, abrindo espaço para que o autor chegasse a concluir que “a economia deveria ser concebida como uma ciência matemática” (PIMENTEL, 2013, p. 64).

Apesar de Menger ter feito uso da técnica de análise marginal de modo menos matemático do que lógico-verbal (DEANE, 1980), é forçoso reconhecer a relação íntima – se não a coincidência - entre o cálculo diferencial e a técnica marginalista. Como indica Ganem (2012), o que caracteriza esta técnica como marginal é a possibilidade de analisar um fenômeno por meio de variações efetuadas nas margens e quantitativamente, essas variações são os próprios diferenciais obtidos por meio do cálculo.

Entretanto, se a Economia deveria ser matemática, nos termos de Jevons, ela igualmente deveria ser física. Toda sua análise das trocas, da natureza do valor e da riqueza, foi realizada analogamente à Mecânica Estática (Newtoniana), conforme assumido pelo próprio autor no prefácio de seu livro:

A Teoria da Economia assim tratada apresenta uma grande analogia com a ciência da Mecânica Estática, e as Leis da troca são vistas como semelhantes às Leis do Equilíbrio de uma alavanca, conforme determinadas pelo princípio das velocidades virtuais. A natureza da Riqueza e do Valor é explicada pela consideração de montantes infinitamente pequenos de prazer e dor, da mesma forma que se faz a Teoria da Estática apoiar-se na igualdade de montantes infinitamente pequenos de energia. (JEVONS, 1911, p. 7, apud DEANE, 1980, p.131)

O mesmo procedeu na obra publicada por Walras, três anos depois. Seguindo o caminho inaugurado por Senior e Mill, no que diz respeito ao esforço dedicado a fundar a Economia sobre alicerces verdadeiros e sólidos, com o intuito de alçá-la ao status de ciência positiva, Walras definiu a *Economia Política* dita *pura* como uma ciência ideologicamente neutra. Todavia, diferente de Senior e Mill, atribuiu a esta ciência uma “natureza” “físico-matemática” e colocou no centro de suas investigações a “teoria da determinação dos preços sob um regime hipotético de concorrência perfeitamente livre” (WALRAS, 1954, p. 40 apud

DEANE, 1980, p. 131).⁴³ Dessa forma, o autor expulsou de suas análises peremptoriamente quaisquer considerações relativas à moral, os valores e o Estado (GANEM, 2012).

III.2 – Walras e a ordem racional social do mercado

Concentrando-se primeiramente nos mercados de bens de consumo, mas logo estendendo a análise para os mercados de fatores de produção⁴⁴, Walras formulou, em seus *Elementos*, “a Teoria do Equilíbrio Geral – demonstração lógico-matemática do equilíbrio do mercado sob as condições de concorrência perfeita” (PIMENTEL, 2013, p. 62). Assim, elaborou uma nova expressão do mercado como ordem social, que viria a se tornar, mais tarde, o “núcleo duro da teoria neoclássica” (op. cit., p. 71).

No entanto, diferente de Smith, que possuía “uma herança empirista e comungada a um projeto baconiano-praxeológico de ciência”⁴⁵ (GANEM, 2012, p. 132), o autor partia de uma tradição cartesiana, racionalista e apriorista, cuja forma de manifestação intelectual de seu tempo mais evidente era a expressa em modelos formais matemáticos. Ademais, tomava como seu fundamento microeconômico o homem econômico racional construído por Mill, “um ser abstrato, atomizado e movido pelo cálculo” (op. cit.).

Grosso modo, a Teoria do Equilíbrio Geral visa provar que tais agentes econômicos, buscando maximizar suas utilidades (ou lucros no caso dos produtores) e fazendo os cálculos necessários para a tomada de decisões correspondentes, produzem, em um ambiente de mercado livre perfeitamente competitivo, um estado de equilíbrio no qual a oferta e a

⁴³ Walras, assim como Jevons e Menger, também adota uma teoria subjetiva do valor ancorada na noção de utilidade. Além disso, o autor se esforça em estudar a riqueza não do ponto de vista de um “agregado de mercadorias”, como era considerado pelos clássicos, mas de um somatório de bens *raros*, ou seja, úteis e escassos. Destarte, a Economia deixava de se preocupar com os processos de acumulação e se voltava à “teoria da alocação de recursos escassos em fins alternativos” (GANEM, 2012, p. 134).

⁴⁴ Em 1877 Walras publicou a segunda parte dos *Elementos de Economia Política Pura*, onde transpôs o raciocínio adotado para os mercados de bens de consumo para os mercados de fatores de produção (DEANE, 1980). Como se sabe, o método se baseia na resolução de sistemas de equações de oferta e demanda – estas últimas derivadas de funções utilidade – por meio do uso de cálculos diferenciais. O ponto de equilíbrio é aquele em oferta e demanda se igualam.

⁴⁵ Projeto baconiano-praxeológico de ciência se refere primeiro a um método, empirista e indutivo, e segundo a um *fim*, o de investigar a ação humana.

demanda se compatibilizam.⁴⁶ Além disso, tenta demonstrar, partindo de uma série de axiomas, hipóteses ideais e parâmetros bastante restritivos não só que este equilíbrio existe, mas que ele é estável e ótimo. Assim, Walras substitui a noção (vaga) smithiana de bem-estar, harmonia social, por outra calculável (precisa), “técnica” e “científica” que é a de equilíbrio (GANEM, 2012).

Walras, portanto, continuou o projeto smithiano de explicar e justificar uma ordem social fundada na lógica de mercado, sendo, indubitavelmente, também um expoente liberal do capitalismo. Porém, distinto de Smith, tomou como referência a esfera das trocas de mercado e elaborou, lógico-matematicamente, uma *demonstração* do resultado que pretendia provar. Com isso, como conclui Ganem (2012), o autor acreditava estar fornecendo ao mundo de seu tempo um modelo ideal de sociedade, o de uma ordem racional social do mercado, que, por meio da engenharia social, poderia ser efetivamente construído.

Não obstante, como vimos no capítulo anterior, a década de 1870 foi marcada por uma inflexão da evolução dos preços, juros e lucros, no sentido de abrupta queda dos mesmos, que abalou, na maioria dos países industrializados ou em industrialização, a crença no liberalismo econômico. Na contramão do modelo construído por Walras, vários países passaram a adotar medidas que restringissem a concorrência. Mais do que isso, neste período começaram a se formar as grandes corporações, os trustes e cartéis, seguindo uma orientação clara de preservar – e elevar – margens de lucro e conquistar – ou distribuir – mercados (DOBB, 1977[1963]). Apenas na Grã Bretanha manteve-se, em todo século XIX, ou ainda, até 1914, a defesa do individualismo econômico e do *laissez-faire* (DEANE, 1980).

De fato, foi nesse país que o marginalismo triunfou ainda no século XIX, mas não somente porque dava uma justificativa à manutenção da ordem social fundada no livre mercado, que beneficiava diretamente os homens de negócio britânicos. Afinal, quanto a isso, a Economia Política Clássica – e a formulação smithiana de ordem natural social do mercado – poderia perfeitamente cumprir esse papel, como, na prática, já cumpria. Havia certas transformações histórico-sociais em curso, bem como movimentações de alguns atores – políticos e intelectuais – que influenciaram decisivamente o processo de formação da nova ortodoxia econômica marginalista.

⁴⁶ Nas palavras de Hahn (1986, p. 212-213): “a TEG descreve uma situação em que o interesse privado, egoísta, simplesmente governado pelos preços, pode se harmonizar com uma economia coerente e ordenada. Os preços de equilíbrio impõem a ordem num caos potencial” (apud GANEM, 2012, p. 134-135)

III.3 – Progresso técnico-científico e a Economia Marginalista como ciência aplicável à realidade: Marshall e a Teoria do Equilíbrio Parcial

Uma dessas transformações estava relacionada ao traço, discutido no capítulo anterior, de que o avanço do progresso industrial e técnico durante a segunda metade do século XIX se associava cada vez mais ao desenvolvimento do conhecimento científico aplicado ao controle de processos de base material. Uma das faces desse desenvolvimento foi, como nota Mesentier (2014), o processo de repartição positivista das ciências - ou, nos termos de Schumpeter, de “especialização” científica (apud MESENTIER, 2014) – que, no caso das ciências sociais, levou a criação das disciplinas de História, Sociologia, Ciência Política e Economia.

Estas ou, mais especificamente, a Economia, assim como a Física, deveria não só ser dotada de um aspecto quantitativo, bem como possuir consistência lógico-formal interna, como também ser capaz de operar sobre a realidade. Não bastava, portanto, que uma Teoria do Equilíbrio Geral, logicamente consistente, matematizada, fosse formulada. Era requerido que ela fosse passível de aplicação a situações e problemas “reais” – e nisso consiste uma das grandes contribuições ao triunfo marginalista, prestada pelo economista britânico Alfred Marshall (PIMENTEL, 2013).

Marshall, inserindo-se nos debates que dominaram as décadas de 1870 e 1880 sobre o campo e o método da Economia⁴⁷, nos quais divergiam radicalmente historicistas e marginalistas, adotou, diferente de Jevons e Walras, uma postura conciliadora que visava gerar um novo consenso em torno do marginalismo. Esforçou-se em tecer pontos de continuidade entre a Economia Política Clássica e a Economia Marginalista, com o intuito de atrair os economistas de formação clássica, e incorporou críticas de outras correntes teóricas sem nunca, entretanto, abrir mão da primazia da esfera das trocas de mercado, do equilíbrio e da análise marginal (op. cit.).

⁴⁷ Tais debates – e o peso deles nas duas décadas citadas - manifestam a existência de uma crise da ortodoxia do pensamento econômico que, de acordo com Mesentier (2014), guarda menos relações com problemas internos às formulações clássicas (como, por exemplo, com a determinação do valor) do que com a crise econômica mundial, a Grande Depressão, que abalou o liberalismo em fins do século XIX.

O resultado desses esforços apareceu em 1890, quando o autor publicou os seus *Princípios de Economia*, a bíblia econômica inglesa (DEANE, 1980). Concentrando-se na análise das condições de equilíbrio em *um* mercado somente, supondo todo o mais constante⁴⁸, Marshall simplificou o cálculo marginal e criou uma Teoria do Equilíbrio Parcial passível de aplicação a problemas particulares (PIMENTEL, 2013). Forneceu, assim, aos industriais, financistas, homens de negócios, em geral, e aos políticos, um instrumental teórico capaz de orientá-los em suas decisões (DEANE, 1980).

Ademais, respondendo às críticas dos historicistas quanto ao apriorismo e ao dedutivismo marginalista, Marshall incorpora aos seus *Princípios* a possibilidade de tomar experiências e fatos da realidade tanto para formular teorias quanto para submetê-las à verificação. Para o autor, “tanto indução quanto a dedução devem ser utilizadas para a construção teórica econômica” (op. cit., p. 82).

Mais especificamente, o empirismo marshalliano aparece com maior relevância no que diz respeito à verificação científica de uma teoria. Para que uma teoria seja considerada científica é preciso, de acordo com o autor, que suas proposições, principalmente as relativas às previsões e resultados alcançados sejam confrontadas com uma vasta quantidade de dados e observações independentes e obtenham confirmação pelas mesmas. Em suas palavras:

[...] depois de postos à prova por muitas observações independentes e especialmente depois de terem sido aplicados com êxito na previsão de acontecimentos eminentes, ou do resultado de novas experiências, ganham foro de leis. (1982, p. 44 apud PIMENTEL, 2013, p. 83)

Marshall, contudo, assim como Mill, afirma o caráter tendencial das leis econômicas. Assim, apesar de tratar a Economia como uma ciência cujas variáveis são quantificáveis e mensuráveis e que é dotada de poder preditivo, há sempre como outras variáveis não consideradas na análise exercerem algum efeito sobre ela. Isso nos leva a duas considerações sobre o pensamento do autor.

Em primeiro lugar, Marshall circunscreveu o campo da Economia ao estudo dos motivos que afetam a conduta do homem na parte comercial de sua vida. Tomando como referência a unidade elementar *indivíduo* e dividindo este homem em várias partes e as isolando entre si o autor postulou que “as motivações individuais (...) objeto do estudo econômico são aquelas provenientes do desejo de ganho” (PIMENTEL, 2013, p. 80) e que,

⁴⁸ Novamente a famosa cláusula *ceteris paribus*.

uma vez conhecidas e aceitas, a Economia pode se livrar da “investigação dos fundamentos psíquicos ou sociais das ações humanas” (op. cit., p. 81).

Destarte, Marshall defendeu que a análise econômica se concentrasse tão somente nas manifestações dos motivos, ou seja, nas ações cuja origem – o desejo de ganho ou de satisfação – era sabida. Prosseguindo deste modo, o autor, por um ângulo, limitou a Economia a uma ciência daquilo que não possui quaisquer relações com a moral e a política, cunhando inclusive o termo *Economics*⁴⁹ para enfatizar este aspecto, e, por outro, alterou, na prática, o que dizia ser o objeto de estudo econômico – dos *motivos* para as *ações dos motivos*.

Adiante, Marshall justificou a possibilidade de previsão das teorias econômicas com base na afirmação de que é justamente nessa parte comercial da vida que as ações dos motivos são regulares o suficiente para poderem ser previstas (PIMENTEL, 2013). Entretanto, algo questionável se manifesta no pensamento do autor: em um primeiro momento, para que enunciados econômicos ganhem foro de leis, eles precisam fazer previsões que sejam verificadas empiricamente; em um segundo momento, contudo, uma vez estabelecidos, estes mesmos enunciados e suas previsões são isentos da necessidade de corresponderem aos dados e experiências observadas, pois, afinal, possuem caráter tendencial.⁵⁰

O que isso nos faz indagar – e que é igualmente válido para a segunda consideração feita em seguida – é a razão pela qual o autor estabelece, no primeiro momento, como critério científico, a verificação empírica das previsões, para, em seguida, no segundo, afrouxar esse empirismo. Ao que indica, Marshall está ciente de que o objeto econômico é complexo, no entanto, por estar, assim como os outros marginalistas, comprometido em fundar a Economia sobre bases “puramente” científicas, que não envolvam a moral nem a política, não abandona ou altera seu critério de cientificidade e nem se compromete a fundo com as implicações decorrentes da adoção radical de um empirismo.

Marshall, então, para sustentar a defesa marginalista da neutralidade e positividade da Economia, além de acabar enunciando proposições abstratas e ideais, “consensualmente

⁴⁹ Com esta nomenclatura, excluía-se do nome aquilo que os marginalistas haviam excluído de suas análises.

⁵⁰ O mesmo ocorre em sua formulação do indivíduo microfundamento da Economia. Segundo observa Pimentel (2013), Marshall não concebe este como uma construção abstrata e ideal, tal como faz Mill, ou ainda Walras e Jevons. O autor o vê como um homem real, concreto, agindo em uma parte específica de sua vida, a saber, a comercial. No entanto, tão logo Marshall chega aos motivos das ações deste homem nessa parte de sua vida – o desejo de satisfação –, este se transforma em um axioma, uma abstração.

verdadeiras”⁵¹ que funcionam como axiomas, se esquivam e ignoram fatores que influenciam o campo econômico, seja sob a justificativa de que não fazem parte do campo da Economia, seja pelo motivo de que a incorporação dos mesmos à sua teoria teria consequências indesejáveis.

Não por acaso que, em segundo lugar, apesar de Marshall ter afirmado que o objeto da Economia é dinâmico e histórico, e que as diferenças culturais, sociais e institucionais devem ser levadas em consideração, em sua Teoria do Equilíbrio Parcial, nenhum desses fatores foram incorporados de forma constitutiva (op. cit.). Na prática, com relação à história, o autor conferia primazia ao teórico, formulado segundo uma lógica formal ancorada no cálculo marginal, bem como embasada em princípios gerais, tais como o *Princípio de Substituição*⁵², e condicionada a situações construídas por meio de abstrações⁵³. Era só depois, munido de seu instrumental teórico, que a história poderia ser [racionalmente] analisada e/ou utilizada como ilustrativa de sua própria teoria (op. cit.).

De qualquer modo, em uma sociedade que cada vez mais aumentava o controle sobre os processos de base material, que crescia e se intensificava a divisão técnica e social do trabalho, que as ciências se repartiam e *especialistas* apareciam, menos interessava socialmente uma expressão intelectual que pretendesse abarcar o todo econômico, como a Teoria do Equilíbrio Geral de Walras, do que outra, evidentemente mais simples, porque específica e fragmentada, que servisse ao uso prático. O novo ambiente histórico da vida cotidiana, lembremos, as cidades-fábrica e as grandes metrópoles, eram, como definiu, o professor alemão Ferdinand Toennies, em 1887, contrapondo-as às antigas *comunidades, sociedades de indivíduos*, fragmentada por definição (HOBSEBAWM, 1977).

Quanto aos historicistas, pareceu ser suficiente que a história passasse a fazer parte do *Economics*, mesmo que de forma subordinada, e que a indução se incorporasse ao método da Economia, para que o marginalismo triunfasse.

⁵¹ “existe um acordo geral em que todos os incentivos à ação, uma vez que sejam desejos conscientes, podem com propriedade ser considerados sumariamente como desejos de ‘satisfação’” (MARSHALL, 1982, p. 35, nota de rodapé apud PIMENTEL, 2013, p. 81).

⁵² Postulado no livro V de sua obra, foi com base neste princípio que, junto à suposição acerca do comportamento maximizador de utilidade ou de lucros, possibilitou-se determinar os valores (preços) dos bens de consumo e dos fatores de produção, em seus respectivos mercados, de forma análoga (DEANE, 1980).

⁵³ A abstração de uma série de condicionantes históricos e sociais e a detenção da investigação na análise específica é talvez o que melhor caracteriza o empirismo fragmentário de Marshall.

III.4 – Intensificação dos conflitos sociais e a Economia Marginalista como justificativa apolítica do *status quo*

Outra dessas transformações que influenciaram decisivamente a formação da nova ortodoxia econômica estava relacionada a um processo de crescimento das tensões políticas e sociais, concentrado principalmente entre fins da década de 1860 e meados da década de 1870, na época do auge da grande expansão econômica e da Primeira Internacional (1864-1872) (HOBSBAWM, 1977).

Fundada em Londres, no ano de 1864, e rapidamente passada às mãos de Karl Marx, a Primeira Internacional teve um papel inicial importante, como destaca Hobsbawm (1977), menos na organização das forças trabalhistas existentes do que na ajuda prestada ao aparecimento de muitos sindicatos e organizações trabalhistas ao redor do mundo e em sua defesa incondicional da independência dos trabalhadores como força política.

No entanto, junto a movimentações de outras organizações trabalhistas, de maioria radical-democrata e não socialista, participou e cresceu muito na série de eventos que ocorreram entre 1868 e 1873, havendo certa convergência das lutas nesse período (op. cit.). Como menciona o autor:

Uma onda de greves e agitação trabalhista espalhou-se pelo continente, atingindo até a Espanha e a Rússia: em 1870 houve greves em São Petersburgo. Atingiram a Alemanha e a França em 1868, Bélgica em 1869 (guardando sua força por alguns anos), Áustria-Hungria logo depois, chegando finalmente à Itália em 1871 (onde alcançou seu ponto culminante em 1872-74) e à Espanha no mesmo ano. Neste mesmo período, a onda de greves estava no seu ponto máximo na Inglaterra, em 1871-73. (HOBSBAWM, 1977, p. 130)

Coincidiu ainda de, em 1871, ocorrer uma revolução proletária, no movimento conhecido como a *Comuna de Paris*, junto à época de maior apelo popular da Internacional. Todavia, diferente daquela, esta não acreditava que fosse possível realizar uma revolução de imediato. O plano consistia em “realizar os primeiros passos na organização dos exércitos que iriam enfrentar a longa campanha contra o bem-fortificado inimigo” (op. cit., p. 132) que era o capitalismo no início da década de 1870.

Deveras, a *Comuna de Paris* fracassou em seu objetivo e junto com ela caiu em ruínas o movimento trabalhista francês. As ondas de greves também não geraram claramente, com

exceção de na Alemanha e na Rússia, maior organização trabalhista e intensificação das lutas pelo socialismo. Passados esses anos turbulentos, até o final da década de 1880, as tensões políticas e sociais manifestas diminuíram, porém, como observa o autor:

(...) duas realizações da década de 1860 foram permanentes. Daquele momento em diante, os movimentos de massa trabalhadora haveriam de ser organizados, independentes, políticos e socialistas. A influência da esquerda pré-marxista havia sido quebrada. E, em consequência, a estrutura política iria ser constantemente modificada. (op. cit., p. 133)

Assim, nos anos em que Jevons, Menger e Walras publicaram suas obras e mesmo depois, quando novamente o trabalhismo ganhou força e as lutas pelo socialismo voltaram, época em que Marshall publicou seus *Princípios*, havia maior tensão social e política, marcada por inúmeros conflitos entre trabalhadores e capitalistas, estes últimos protegidos pela lei e a força do Estado.

De acordo com Deane (1980) e Prado (1991), esses economistas marginalistas se situavam do lado político e social antagônico aos movimentos trabalhistas. Suas ideias “expressavam também uma reação ao fortalecimento dos movimentos sindicais, à difusão das ideias socialistas e ao surgimento de correntes favoráveis a uma legislação social que protegesse a força de trabalho da fúria lucrativa do capital” (op. cit., p. 50). A reorientação da ênfase dada pelos economistas clássicos à esfera da produção à esfera do consumo, bem como a substituição da teoria objetiva do valor-trabalho pela teoria subjetiva do valor-utilidade e a extensão da “teoria ricardiana da renda da terra para todas as formas de rendimento” (op. cit., p. 49), eliminaram, do plano teórico, a divisão da sociedade em classes e a possibilidade de conflitos distributivos entre elas – implicações da teoria ricardiana da distribuição (PRADO, 1991).

Além disso, a busca pela perfeição lógico-formal, por dotar a Economia de um método essencialmente matemático (e depois também estatístico) e substituir a expressão, de caráter filosófico, da ordem natural social do mercado smithiana pela expressão, de caráter científico, da ordem racional social do mercado walrasiana (GANEM, 2012), permitiu “aos economistas justificar uma inclinação ideológica pelo *status quo* de distribuição da renda numa base aparentemente apolítica” (DEANE, 1980, p. 149).⁵⁴

Ademais, observamos que esta busca, discutida no presente capítulo por meio de Jevons, Walras e, por fim, Marshall, posta dentro de seu próprio contexto histórico, através de

⁵⁴ Ressalva-se, uma inclinação ideológica pelo *status quo* de uma sociedade regida pela lógica de mercado e da acumulação de capital, e não somente pelo *status quo* de distribuição de renda, como afirma Deane (1980).

alguns apontamentos, parece revelar justamente o que Prado conclui em seus *Fundamentos para a Crítica do Cientismo*:

O que é chamado, então, de interesse científico puro nada mais é do que o interesse sem freios pelo controle e dominação do mundo natural social. Diante disso, defender ainda a neutralidade aparece então ou como a busca pela legitimação de um saber muito sabido ou como encobrimento do interesse pela manipulação. (PRADO, 1991, p. 39-40)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos o percurso feito ao longo desta monografia a fim de tecermos algumas reflexões. Inicialmente, nas considerações introdutórias, expomos, ainda que de modo superficial, que durante as décadas de 1970 e 1980, o mundo capitalista passou por certas transformações econômicas, políticas e sociais – e por que não tecnológicas, visto os desenvolvimentos na área informacional – que constituíram uma economia mundial com menores controles dos fluxos de capitais e uma ordem social global na e pela qual se fortaleceu a hegemonia dos Estados Unidos da América e difundiram-se orientações liberalizantes das forças de mercado, traduzidas em uma série de políticas governamentais e discursos.

Concomitantemente, se processou, dissemos, um movimento de economistas – a revolução novo-clássica – que buscou e obteve sucesso em deslocar o campo do pensamento econômico ainda mais para o formalismo (matemático, estatístico e agora econométrico) e em estender o uso dos pressupostos e noções básicas marginalistas a análise de uma vasta gama de fenômenos antes excluídos do campo econômico.⁵⁵

Entretanto, no primeiro capítulo, nos voltamos para o estudo histórico das transformações concernentes às relações sociais de produção e ao movimento de acumulação de capital desencadeadas no processo da Revolução Industrial, bem como para a discussão de aspectos metodológicos da Economia Política Clássica na primeira metade do século XIX – além, é claro, da exposição resumida da ordem social natural do mercado smithiana. Em seguida, nos capítulos dois e três, dando continuidade ao modo pelo qual realizamos tal trabalho, nos voltamos às especificidades históricas da segunda metade do século XIX, bem como ao exame da Revolução Marginal e o seu triunfo na formação de uma nova ortodoxia do pensamento econômico.

⁵⁵ O desdobramento mais exemplar dessa tendência talvez seja o inaugurado pelo economista estadunidense Gary Stanley Becker, ganhador do *Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel*, em 1992, por ter estendido a análise microeconômica ao campo da interação e comportamento humano.

Vimos que a transição das oficinas e manufaturas para o sistema fabril – no qual as máquinas movidas a vapor são essenciais - tiveram como efeitos: acelerar o ritmo de trabalho, da produção, do comércio e das mudanças técnicas; retirar dos trabalhadores controle sobre seus próprios trabalhos e transferi-lo ao seu *patrão*⁵⁶; e generalizar a economia de mercado, naturalizando a propriedade privada, transformando a força de trabalho em uma mercadoria qualquer e coisificando as relações sociais de produção.

A resultante de tal processo, que se aprofundou e se estendeu ao mundo no decorrer da segunda metade do século XIX, foi a de estabelecer, como discutido no capítulo dois, o capitalismo em uma escala global e, junto a isso, de instaurar uma ordem social planetária liberal. Nesta, a Grã Bretanha, por ter sido o país pioneiro da Revolução Industrial, bem como pela sua posição já de potência militar-naval e comercial no mundo, assumiu papel de protagonista maior.

Dito isso, encerramos esta monografia com três reflexões. A primeira diz respeito ao próprio método adotado para elaborarmos estes escritos: a investigação histórica, da mesma maneira que o estudo do pensamento econômico, foram realizados com base na leitura e interpretação de escritos de outros autores, alguns situados em outro tempo e espaço históricos. Isso traz duas consequências a seguir destacadas: primeiro, é justamente porque toda expressão registrada se dá em determinado tempo e espaço históricos que a tarefa de compreender a realidade passada, que é constituída de um conjunto inseparável de visão de mundo, ideologia e base material, é possível; em segundo, é por esta mesma razão, porém, que uma obra sobre o passado é inevitavelmente uma expressão do presente.

A segunda reflexão concerne ao fato da produção intelectual e difusão de teorias da Economia Política Clássica e da Economia Marginalista terem se dado majoritariamente na Grã Bretanha e a partir dela no século XIX, momento em que esta era hegemônica no mundo. Não parece – e o mesmo é válido para a realidade atual - ser mera coincidência existir tal relação. Como abordado, estas teorias serviram de justificativas de uma ordem social vigente, pautada na lógica de mercado e que beneficiava interesses específicos, embora nem sempre explícitos.

⁵⁶ Com a introdução da maquinaria, segundo Marx (1968[1890]), o trabalhador passa a servir à máquina. O patrão, por outro lado, passa a se preocupar e a se valer de códigos disciplinares voltados aos operários, bem como a se cercar de pessoas que entendam do funcionamento e que desenvolvam novas máquinas.

Por último, a terceira reflexão se refere ao que talvez possamos afirmar serem os traços mais marcantes do capitalismo global que nasceu no século XIX: seu incessante movimento; sua aparência apolítica da dominação de classe; e sua pretensão desenfreada de controlar tudo - desde não seja o próprio capital - que possa lhe servir de força propulsora e tudo que potencialmente seja uma ameaça. Para isso, as ciências - “naturais” e “sociais” – passam a desempenhar o papel de maior importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEANE, P. **A Evolução das Idéias Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1978].

DOBB, F. **A Evolução do Capitalismo**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1963].

GANEM, A. **O Mercado como Ordem Social em Adam Smith, Walras e Hayek: uma perspectiva crítico-filosófica**. In: FREITAS, F.; GANEM, A.; MALTA, M. M. (Org). *Economia e Filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 125-146.

HOBBSBAWM, E. J. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Pensamento Crítico, vol.12).

HOBBSBAWM, E. J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1988].

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1968].

MALTA, M. M.; CASTELO, R. **Marx e a História do Pensamento Econômico: um debate sobre método e ideologia**. In: FREITAS, F.; GANEM, A.; MALTA, M. M. (Org). *Economia e Filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 85-100.

MARX, K. **O Capital**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1890]. (O Capital, Livro 1, vol. 1).

MESSENTIER, A. A. P. **A Controversa Relação entre Economia Política e História do Pensamento Econômico: a propósito de Aloísio Teixeira**. 2014. 81f. Dissertação

(Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Graal, 1978 [1973]. (Biblioteca de Economia, vol.4).

PIMENTEL, L. P. **O Projeto de Ciência Moderna e os Caminhos Epistemológicos da Economia: marginalismo e materialismo histórico dialético**. 2013. 123f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

POSSAS, M. **A Cheia do “Mainstream”: Considerações sobre os Rumos das Ciência Econômica**. In: *Revista de Economia Contemporânea*, nº1, p. 13-37, jan./jun., 1997.

POSSAS, M. **A Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, E. F. S. **A constelação pós walrasiana**. In: *Revista de Economia Política*, v. 14, nº4 (56), p. 110-117, out./dez., 1994.

PRADO, E. F. S. **Economia como Ciência**. São Paulo: IPE/USP, 1991.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: CEPAL/COFECON/Record, v.1., 2000 (Edição em português). p. 69-136.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e de Tributação**. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965 [1821].

SERRANO, F. **Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível**. In: FIORI, J. L. (Org). *O Poder Americano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 179.

SINGER, P. **A Formação da Classe Operária**. 5.ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1776]. (Os economistas, vol.1).